



Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

Processo Administrativo nº. 03/2025

Número do Pregão Eletrônico no Comprasnet: 90003/2025

RESERVA DE ITENS PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP E EQUIPARADAS, AMPLA PARTICIPAÇÃO E DEMAIS ITENS PARA ME, EPP E EQUIPARADAS

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO – **UASG:** 984223

DATA DA SESSÃO: 19/02/2025 às 08:00 (horário de Brasília)

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal (compras.gov.br)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado

O **MUNICÍPIO DE CAMPO BELO – MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito na Receita Federal do Brasil com o CNPJ sob o nº. 18.659.334/0001-37, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** com sede administrativa localizada na Rua Expedicionário Boavidir Massote, nº. 520, bairro Vila Escolástica, nesta cidade, representada pelo Sr. Secretário Municipal de Saúde, Juliano Furtado Freire, consoante poderes conferidos no Decreto Municipal nº 3.717, de 14 de março de 2017 e mediante o pregoeiro designado pela Portaria nº 6.738 de 08 de janeiro de 2025, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação, para **registro de preços**, na modalidade **PREGÃO** do tipo **menor preço unitário por item**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos para atender as demandas de todos os setores da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida **EM ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2. **EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DESCRITAS NA RELAÇÃO DE ITENS DO SITE WWW.COMPRASGOVERNAMENTAIS.GOV.BR E AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO A ESTE EDITAL, O LICITANTE DEVERÁ OBEDECER À DESCRIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

2. DO VALOR ESTIMADO

2.1 O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

2.2. Justificativa conforme Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência:

2.2.1 O Agente de contratação irá trabalhar com os valores estimados: onde os mesmos já foram orçados conforme Instrução Normativa vigente e servirão de parâmetros no momento das negociações, dando base de cálculo para valor inexequível ou no valor excedente.

2.2.2 O orçamento será sigiloso devido a possível variação de preços significativa nas amostras colhidas nos orçamentos do setor solicitante, da variação de mercado e com isso dando maior segurança ao Agente de contratação para negociar com preço real com o Licitante.

2.2.3. Evitar o efeito âncora: O fato é que, a depender do mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração. Nessas situações, a consagração de princípios próprios da Administração Pública (interesse público, economicidade e eficiência, sobretudo) solicitamos que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa pelo contrato/ata de registro de preços.

2.2.4 Dessa forma, entende-se que a pertinência do orçamento sigiloso é uma forma de “forçar” os fornecedores a apresentar a sua melhor proposta sem estar vinculado aos orçamentos que foram realizados pelo setor solicitante.

2.3 A divulgação, conforme disposto no item anterior, é fundamentada no § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no art.24 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021,

Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:

I - O sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo;

2.3.1. No art.12 da Instrução Normativa nº de 30 de setembro de 2022.:

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas, observado o § 1º do art. 30.

2.3.2 Toda a pesquisa de mercado realizada pelo setor solicitante está disponível para os órgãos de controle interno e externo e se tornará pública para todos os interessados imediatamente após o encerramento do envio de lances.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de](#).

4.6 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.7 SERÁ CONCEDIDO TRATAMENTO FAVORECIDO PARA AS ME/EPP/EQUIPARADAS, NO PERCENTUAL DE 10% (DEZ POR CENTO) NOS LIMITES PREVISTOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006, REFERENTE AOS ITENS 19, 21, 23, 26, 30, 39, 43, 46, 48, 65, 74, 77, 79, 82, 86, 103 E 105.

4.7.1 OS ITENS 18, 20, 22, 25, 29, 38, 42, 45, 47, 64, 73, 76, 78, 81, 85, 102 E 104 REFERE-SE A COTA PRINCIPAL (90%) E SERÁ DESTINADO A AMPLA PARTICIPAÇÃO.

4.7.2 Na hipótese de uma mesma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte sagrar-se vencedora quanto à cota principal e à reservada, a aquisição de ambas as cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.7.3 Os itens não citados acima serão exclusivamente para participação de ME/EPP OU EQUIPARADAS.

5. DOS IMPEDIMENTOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO: Não poderão disputar esta licitação:

5.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

5.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**(*) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

5.9 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

5.10 Considerando ser ato discricionário da Administração, diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto, e que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficientes para atender satisfatoriamente de forma individual às exigências previstas neste edital, entende-se conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” nesta licitação.

5.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.12 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.13 O impedimento de que trata o item 5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.14 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.2 e 5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.15 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

5.16 O disposto nos itens 5.2 e 5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.17 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5.18 A vedação de que trata o item 5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de **integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.**

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto deste Edital.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará**, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

6.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

6.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

6.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 ou 6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. Marca do produto ofertado sob pena de desclassificação da proposta, quando for o caso;

7.1.3. O valor deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até três casas decimais (0,000)**.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2.1. O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8.1. O **prazo de validade da proposta** não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no edital.

7.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (**.573.786.***) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO VALOR UNITÁRIO DO ITEM.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de 0,01 (Um centavo)**.

8.9. **O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.**

8.10. O procedimento **seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.**

8.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, **com prorrogações.**

8.11.1. A etapa de lances da sessão pública **terá duração de dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.**

8.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11.3. **Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.**





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

8.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.

8.11.5. **Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.**

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, **os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração **inicial de quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela **possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.**

8.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, **oferecer novos lances sucessivos.**

8.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

8.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.**

8.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

8.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

8.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

8.21.2.2. Empresas brasileiras;

8.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.21.2.5. Perdurando o empate, será realizado o sorteio entre os licitantes conforme Decreto nº 7.983, de 25 de junho de 2024 – onde regulamenta a Lei 14.133/2021, publicado no Diário oficial do município no dia 25/06/2024

Dos critérios de desempate:

“ **Parágrafo Único.** No caso de permanecer o empate entre duas ou mais propostas após obedecido o disposto no art. 60 da Lei n. 14.133/21, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo. “

8.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

8.22.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

8.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. **Caso o licitante não envie a proposta atualizada no prazo de duas horas será considerado a proposta registrada no sistema.**

8.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

9.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

9.5 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

9.6 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.7 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.8 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.6 e 6.5 deste edital.

9.9 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.10 Será **desclassificada** a proposta vencedora que:

9.10.1 **Contiver vícios insanáveis;**

9.10.2 **Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;**

9.10.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.10.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, **quando exigido pela Administração;**

9.10.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.11 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas **valores inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

9.11.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.11.1.1 **Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e**

9.11.1.2 **Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.**





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

9.12 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.12.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

9.12.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

9.12.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.12.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.13 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.14 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.15 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.15.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.15.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, por exemplo, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.16 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.17 Caso o Termo de Referência exija a **apresentação de amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

9.18 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.19 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.20 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.21 Se a (s) amostra (s) apresentada (s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da (s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

10.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

10.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

10.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.12. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro. **Caso o Licitante não apresente os documentos solicitados dentro do prazo será INABILITADO.**

10.13. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- h) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- i) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- j) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- k) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- l) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- m) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- n) Certidão negativa de falência/recuperação judicial ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.14. Documentos complementares:

- a) **Alvará de Licença Sanitária**, expedido pela entidade de domicílio ou sede da licitante, quando for o caso ou documento atualizado que dispense tal exigência para o item, emitido pelo órgão competente.
- b) **Comprovação da Autorização de Funcionamento da empresa** participante da licitação (emitido pela ANVISA), quando for o caso ou documento atualizado que dispense tal exigência emitido pela Entidade para o respectivo item.
- c) Autorização Especial de Funcionamento (AFE) emitida pela ANVISA ou sua publicação no Diário Oficial da União (DOU), se for o caso.
- d) Certificado de registro dos medicamentos na ANVISA ou sua publicação no Diário Oficial da União (DOU), **a ser apresentado no ato da entrega do objeto pela licitante vencedora.**
- e) No caso de medicamento importado, **apresentar no ato da entrega**, certificado de boas práticas de fabricação e controle, emitido pela autoridade sanitária do país de origem, ou laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira.

10.15. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.16. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

10.17.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.17.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, **mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos**, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.12.

10.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **02 (dois) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do (s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será **divulgado no PNCP** e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

12.4 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.5 Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.6 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.6.1 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.6.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. A intenção de recorrer **deverá ser manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

13.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

13.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. Fraudar a licitação

14.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

14.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. As peculiaridades do caso concreto

14.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3,





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campo Belo – MG, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização, por meio do qual se avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimar-se-á o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

15.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacaosaude1@campobelo.mg.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Expedicionário Boavidir Massote, 520, Vila Escolástica, Campo Belo/MG – CEP 37270-000

15.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico campobelo.atende.net, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Expedicionário Boavidir Massote, 520 – Centro, Campo Belo/Minas Gerais – CEP 37.270-000 nos dias úteis, nos horários de 07:00 as





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

11:00 horas ou das 13:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 16.11.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar
- 16.11.3. ANEXO III– Minuta de Termo de Contrato
- 16.11.4. ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços

Campo Belo – MG, 17 de janeiro de 2025.



Assinado por JULIANO
FURTADO FREIRE Secretário
***.910.626-** em 21/01/2025
09:05:28

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Juliano Furtado Freire
Secretário Municipal de Saúde

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

17. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos para atender as demandas de todos os setores da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas na relação de itens do site www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações constantes neste Termo de Referência, o licitante deverá obedecer à descrição deste Termo de Referência.

1.3 FAVOR ATENTAR AOS ITENS DE MENOR VALOR E QUANTIDADE, POIS A ENTREGA DEVERÁ SER FEITA, MESMO COM O VALOR TOTAL BAIXO.

1.4. A CONTRATADA DEVERÁ ENTREGAR OS PRODUTOS DE ACORDO COM A ORDEM DE COMPRA RECEBIDA, INDEPENDENTE DO QUANTITATIVO E VALOR DO PEDIDO, SENDO QUE OS PEDIDOS PODEM SER SOLICITADOS PARCIALMENTE DO SALDO TOTAL LICITADO.

1.5. CASO NÃO CUMpra, SUJEITO AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS CONFORME EDITAL.

1.6 Tabela:

ITEM	PRODUTO/ DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CATMAT
01	Acetato de Hidrocortisona 10mg/g. Creme.	Bisnaga com 30 g	1.100	384298
02	Acetato Dexametasona creme 1 mg/g.	Bisnaga 10g	4.000	267643
03	Ácido Acético 2% - embalagem de 01 litro	Litro	550	473155
04	Ácido Acético 5% - embalagem 01 litro	Litro	550	428793
05	Ácido Ascórbico 100 mg/ ml, Solução Injetável (Vitamina C). EV.	Ampola 5 ml	5.500	448663

ESTE DOCUMENTO FOTASSINADO EM 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

06	Ácido graxo essenciais (AGE). Age como curativo primário composto por óleos de origem vegetal, ricos em ácidos graxos essenciais que favorecem o processo de cicatrização, desbridamento e alívio da dor. indicado para hidratação da pele íntegra, evitando o aparecimento de feridas, úlceras de pressão (escaras).	Frasco 100ml	3.000	348002
07	Ácido Tricloracético a 50%	Frasco 30 ml	150	269068
08	Ácido Tricloracético a 60%	Frasco 30 ml	150	286359
09	Ácido Tricloracético a 75%	Frasco 30 ml	165	269072
10	Ácido Tricloracético a 80%	Frasco 10ml	150	269073
11	Ácido Tricloracético a 90%	Frasco 10 ml	150	269069
12	Adrenalina Epinefrina 1mg/ML. Injetável. Solução 1:1000.	Ampola 1ml	200	268255
13	Água Bidestilada	Ampola 10 ml	8.800	315056
14	Água destilada	Ampola 10 ml	26.400	367898
15	Água oxigenada 10 volumes – embalagem de 01 litro	Litro	650	277319
16	Atensina Clonidina 0,100 mg (comprimido)	Caixa com 30 comprimidos	150	272044
17	Atropina sulfato 0,25mg/ml (injetável)	Ampola 1ml	200	268214
18	Bissulfito de sódio 3%. Solução QSP.	Litro	2.250	

ESTE DOCUMENTO FOTASSINADO EM: 21/01/2025 08:03:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: <https://c.ipm.com.br/p43e7faf762e68>
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

	Aquoso. Embalagem de 01 litro. AMPLA PARTICIPAÇÃO			406731
19	Bissulfito de sódio 3%. Solução QSP. Aquoso. Embalagem de 01 litro. EXCLUSIVO ME, EPP E EQUIPARADAS	Litro	250	406731
20	Bromoprida 5mg/ml, solução injetável. AMPLA PARTICIPAÇÃO	Ampola 2 ml	17.100	269958
21	Bromoprida 5mg/ml, solução injetável. EXCLUSIVO ME, EPP E EQUIPARADAS	Ampola 2 ml	1.900	269958
22	Carvão Ativado com Prata Recortável – Tamanho 10cm x 10cm. Composto de tecido de carvão ativado impregnado com prata, prensado entre duas camadas de Rayon/poliamida. O tecido de carvão ativado absorve os gases voláteis, responsáveis pelo mau cheiro e microrganismos produtores desta substância. A prata impregnada no tecido de carvão exerce efeito bactericida sobre os microrganismos auxiliando no controle de infecção da ferida. As camadas de Rayon/poliamida são não aderentes, semipermeáveis, isolantes térmicas e absorventes. a não aderência confere propriedades ao curativo de evitar a perda do tecido neoformado no momento da remoção ou troca do mesmo. A semipermeabilidade do tecido permite o fluxo do exsudato para o curativo secundário além de propiciar um microambiente com umidade ideal para cicatrização da ferida. a característica do isolante térmico assegura a manutenção no leito da lesão, da temperatura ótimo para estimular a epitelização da ferida. O tecido de	Unidade	1.350	485057

ESTE DOCUMENTO FOTASSINADO EM: 21/01/2025 08:03:03 03700-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO <https://c.ipm.com.br/p43e7fa762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (**.573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

	<p>Rayon/poliamida possui características absorventes sendo que o exsudato excedente tem trânsito livre para o curativo secundário devido a sua semipermeabilidade.</p> <p>AMPLA PARTICIPAÇÃO</p>			
23	<p>Carvão Ativado com Prata Recortável – Tamanho 10cm x 10cm. Composto de tecido de carvão ativado impregnado com prata, prensado entre duas camadas de Rayon/poliamida. O tecido de carvão ativado absorve os gases voláteis, responsáveis pelo mau cheiro e microrganismos produtores desta substância. A prata impregnada no tecido de carvão exerce efeito bactericida sobre os microrganismos auxiliando no controle de infecção da ferida. As camadas de Rayon/poliamida são não aderentes, semipermeáveis, isolantes térmicas e absorventes. a não aderência confere propriedades ao curativo de evitar a perda do tecido neoformado no momento da remoção ou troca do mesmo. A semipermeabilidade do tecido permite o fluxo do exsudato para o curativo secundário além de propiciar um microambiente com umidade ideal para cicatrização da ferida. a característica do isolante térmico assegura a manutenção no leito da lesão, da temperatura ótimo para estimular a epitelização da ferida. O tecido de Rayon/poliamida possui características absorventes sendo que o exsudato excedente tem trânsito livre para o curativo secundário devido a sua semipermeabilidade.</p> <p>EXCLUSIVO ME, EPP E EQUIPARADAS</p>	Unidade	150	485057
24	Carvão vegetal ativado 250mg (comprimido)	Caixa com 30 comprimidos	150	434505
25	Ceftriaxona 1g. Pó para solução injetável e ampola de 3,5 ml. IM/EV.	Frasco/Ampola	9.900	

ESTE DOCUMENTO FOTASSINADO EM: 21/01/2025 08:03:03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: <https://c.ipm.com.br/p43e7faf762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

	IM/EV. AMPLA PARTICIPAÇÃO			442701
26	Ceftriaxona 1g. Pó para solução injetável e ampola de 3,5 ml. IM/EV. IM/EV. EXCLUSIVO ME, EPP E EQUIPARADAS	Frasco/Ampola	1.100	442701
27	Cetoprofeno 100mg. Pó para solução injetável EV.	Frasco/Ampola com 100 mg de pó para solução injetável	6.600	448844
28	Cetoprofeno 50 mg/ml. Solução injetável IM.	Frasco/Ampola 2 ml	5.500	448845
29	Ciprofloxacino (cloridrato) 2mg/ml. Administração EV. Embalado individualmente. AMPLA PARTICIPAÇÃO	Frasco/ Bolsa 100 ml	2.970	292418
30	Ciprofloxacino (cloridrato) 2mg/ml. Administração EV. Embalado individualmente. EXCLUSIVO ME, EPP E EQUIPARADAS	Frasco/ Bolsa 100 ml	330	292418
31	Clindamicina (fosfato) 150 mg/ml. Solução injetável.	Ampola 4 ml	2.200	292419
32	Cloreto de Potássio 10%. Solução injetável.	Ampola plástica transparente 10ml	3.800	267161
33	Cloreto de sódio 10%. Solução injetável.	Ampola plástica transparente 10ml	4.000	382563
34	Cloreto de sódio 20%. Solução injetável.	Ampola plástica transparente	7.000	267163

ESTE DOCUMENTO FOTASSINADO EM: 21/01/2025 08:03:03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

		10ml		
35	Clorexidina a 0,5%. Solução tópica.	Frasco 1 litro	350	297800
36	Clorexidina Digluconato a 2%. Solução Alcóolica.	Frasco 1 litro	450	444051
37	Cloridrato de ciclopentolato 10mg/ml - Frasco conta-gotas. Solução oftálmica estéril.	Frascos 5 ml	1.500	272134
38	Cloridrato de lidocaína com epinefrina 2%. Com epinefrina 1:200.000. Frasco com 20ml. AMPLA PARTICIPAÇÃO	Caixa com 50 unidades	9.450	269852
39	Cloridrato de lidocaína com epinefrina 2%. Com epinefrina 1:200.000. Frasco com 20ml. EXCLUSIVO ME, EPP E EQUIPARADAS	Caixa com 50 unidades	1.050	269852
40	Cloridrato de proximetacaína 5ml/ml. Medicamento oftálmico.	Frasco 5ml	150	269571
41	Cloridrato de Tetracaína (10 mg/ml) e Cloridrato de Fenilefrina (1 mg/ml). Solução oftálmica estéril.	Frasco 10 ml	250	396853
42	Cloridrato de lidocaína a 2%, sem epinefrina frasco com 20mg/ml AMPLA PARTICIPAÇÃO	Unidade	16.650	393373
43	Cloridrato de lidocaína a 2%, sem epinefrina frasco com 20mg/ml EXCLUSIVO ME, EPP E EQUIPARADAS	Unidade	1.850	393373
44	Cloridrato Metoclopramida 10mg	Ampola 2ml	5.500	267312

ESTE DOCUMENTO FOTASSINADO EM: 21/01/2025 08:03:03 03700-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p43e7fa7762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

45	Colagenase - pomada dermatológica 0,6u/g. Embalagens em bisnaga de alumínio mais espátula plástica. AMPLA PARTICIPAÇÃO	Bisnaga 50g	4.500	268958
46	Colagenase - pomada dermatológica 0,6u/g. Embalagens em bisnaga de alumínio mais espátula plástica. EXCLUSIVO ME, EPP E EQUIPARADAS	Bisnaga 50g	500	268958
47	Colagenase com cloranfenicol - pomada dermatológica 0,6u/g + 0,01g/g. Embalagens em bisnaga de alumínio mais espátula plástica. AMPLA PARTICIPAÇÃO	Bisnaga 50g	4.500	270495
48	Colagenase com cloranfenicol - pomada dermatológica 0,6u/g + 0,01g/g. Embalagens em bisnaga de alumínio mais espátula plástica. EXCLUSIVO ME, EPP E EQUIPARADAS	Bisnaga 50g	500	270495
49	Complexo B. Solução injetável.	Ampola 2ml	11.000	274567
50	Curativo de alginato 10cm x10cm - Produto estéril. Possui em sua composição alginato de cálcio natural com a prata. Para o cuidado de feridas superficiais ou profundas com altos níveis de exsudato que estão infectados ou em risco de infecção. Mata as bactérias no leito da ferida com os íons de prata liberados.	Pacote com 10 unidades	5.000	484851
51	Curativo redondo bege 25mm - Não estéril. Utilizados após coleta de sangue e/ou aplicação de injeções e teste de pezinho. Fácil Utilização. Fabricados em Polietileno siliconado, fita microporosa, não tecido sem látex e solvente tamanho do curativo 2,5cm x 2,5cm. Tecido da almofadinha em TNT. Tipo de cola: Hot melt. Cor bege. Não causa Irritação. Flexível nas dobras da pele.	Caixa com 500 unidades	1.300	483362

ESTE DOCUMENTO FOTASSINADO EM: 21/01/2025 08:03:03 -03'00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p43e7fa762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

52	Dexametasona 4mg/ml. Solução injetável.	Ampola 2,5ml	8.000	292427
53	Diazepam 5mg/ml. Solução injetável.	Ampola 2ml	3.000	267194
54	Diclofenaco dietilamônio 11,6mg/g – Uso tópico em gel	Bisnaga 60g	1.500	448612
55	Dinitrato de isossorbida 5mg (comprimido sublingual)	Caixa com 30 comprimidos	150	440303
56	Dipirona Sódica 500mg/ml. Solução injetável.	Ampola 2ml	16.000	268252
57	Escopolamina (butilbrometo) 20mg/ml. Solução injetável.	Ampola 1ml	11.000	267282
58	Escopolamina (butilbrometo) 4mg/ml + dipirona 500mg/ml. Solução injetável.	Ampola 5ml	11.000	267282
59	Fenilefrina 10%. Solução oftálmica.	Frasco 5ml	180	271790
60	Fenitoína 50mg/ml (injetável)	Ampola 5 ml	200	267107
61	Fixador citológico spray - frasco de alumínio e sistema aerossol, composto por água purificada, álcool etílico (70%), polietileno glicol (10%) e propelente butano (20%).	Frasco com 100 ml	1.200	373715
62	Fluoresceína sódica 1%. Medicamento oftálmico.	Frasco 5ml	150	272944
63	Furosemida 10mg/ml. Solução injetável.	Ampola 2 ml	8.000	267666
64	Gel para USG e ECG (5lt) - Transparente, de consistência firme, sem cheiro. AMPLA PARTICIPAÇÃO	Galão 5lt	3.870	438929

ESTE DOCUMENTO FOTASSINADO EM: 21/01/2025 08:03:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p43e7faf762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

65	Gel para USG e ECG (5lt) - Transparente, de consistência firme, sem cheiro. EXCLUSIVO ME, EPP E EQUIPARADAS	Galão 5lt	430	438929
66	Gel para USG e ECG (300ml) – Transparente, de consistência firme, sem cheiro	Frasco 300ml	5.500	438929
67	Gentamicina (sulfato) 40mg/ml. Solução injetável	Ampola 2ml	2.500	268256
68	Gentamicina (sulfato) 80mg/ml. Solução injetável	Ampola 2ml	3.500	269759
69	Glicerina bi- destilada – embalagem de 01 litro	Litro	180	269884
70	Glicose 25%. Solução injetável	Ampola plástica transparente 10ml	6.000	267540
71	Glicose 50%. Solução injetável	Ampola plástica transparente 10ml	6.000	267541
72	Haloperidol 5mg/ml. Solução injetável	Ampola 1 ml	3.500	292196
73	Heparina Sódica 5.000UI/mg AMPLA PARTICIPAÇÃO	Ampola 5 ml	4.950	272796
74	Heparina Sódica 5.000UI/mg EXCLUSIVO ME, EPP E EQUIPARADAS	Ampola 5 ml	550	272796
75	Hidrocortisona (succinato) 100mg. Pó para solução injetável. IM/EV.	Frasco/ Ampola com 100 mg de pó para solução injetável	6.500	342135
76	Hidrocortisona (succinato) 500mg. Pó para solução injetável IM/EV.	Frasco/ Ampola com 500 mg de	6.750	342134

ESTE DOCUMENTO FOTOCOPIADO EM: 21/01/2025 08:03:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

	AMPLA PARTICIPAÇÃO	pó para solução injetável		
77	Hidrocortisona (succinato) 500mg. Pó para solução injetável IM/EV. EXCLUSIVO ME, EPP E EQUIPARADAS	Frasco/ Ampola com 500 mg de pó para solução injetável	750	342134
78	Hidrogel com alginato - hidrogel com alginato é um gel constituído por água purificada, propilenoglicol, carbômeto 940, trietilonamina, alginato de cálcio e sódio, conservantes e carboximetilcelulose. Conduz ao desbridamento autolítico, facilitando o debridamento mecânico. Curativo primário, absorvente, não estéril, transparente e viscoso. AMPLA PARTICIPAÇÃO	Bisnaga 85g	4.500	484922
79	Hidrogel com alginato - hidrogel com alginato é um gel constituído por água purificada, propilenoglicol, carbômeto 940, trietilonamina, alginato de cálcio e sódio, conservantes e carboximetilcelulose. Conduz ao desbridamento autolítico, facilitando o debridamento mecânico. Curativo primário, absorvente, não estéril, transparente e viscoso. EXCLUSIVO ME, EPP E EQUIPARADAS	Bisnaga 85g	500	484922
80	Insulina regular (Insulina humana) 100ui/ml. SC.	Frasco/ Ampola 10ml	200	271154
81	Iodopovidona PVPI - Degermante (embalagem de 01 litro) – 100mg/ml. Solução aquosa a 10% AMPLA PARTICIPAÇÃO	Litro	1.170	398705
82	Iodopovidona PVPI - Degermante (embalagem de 01 litro) – 100mg/ml. Solução aquosa a 10%	Litro	130	398705

ESTE DOCUMENTO FOTASSINADO EM: 21/01/2025 08:03:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

	EXCLUSIVO ME, EPP E EQUIPARADAS			
83	Ipratrópio (brometo) 0,25mg/ml .	Frasco plástico conta gotas 20ml	2.000	268331
84	Levofloxacino 5mg/ml. Solução injetável	Bolsa ou Frasco 100 ml	2.500	332985
85	Lidocaína (cloridrato) geléia 2%. Produto não dever ser de origem manipulada. AMPLA PARTICIPAÇÃO	Tubo 30 g	6.300	393373
86	Lidocaína (cloridrato) geléia 2%. Produto não dever ser de origem manipulada. EXCLUSIVO ME, EPP E EQUIPARADAS	Tubo 30 g	700	393373
87	Lidocaína (cloridrato) spray 10%.	Frasco 50ml	20	397074
88	Meropenem 1g – pó para solução injetável	Unidade	1.500	268488
89	Metilprednisolona 500mg. Pó para solução injetável + ampola com diluente	Frasco/Ampola com 500 mg de pó para solução injetável + ampola com diluente	250	271599
90	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml. Solução injetável	Ampola 2ml	7.000	267310
91	Metronidazol 500mg/ml. Solução injetável	Bolsa ou frasco 100 ml	2.500	288636
92	Midazolam 5mg/ml. Solução injetável	Ampola 10ml	1.500	268481
93	Midazolam 5mg/ml. Solução injetável	Ampola 3ml	1.200	268481

ESTE DOCUMENTO FOTASSINADO EM: 21/01/2025 08:03:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

94	Morfina (sulfato) 10mg/ml. Solução injetável	Ampola 1ml	1.500	304871
95	Neomicina (sulfato) 3,5mg/g	Tubo 20g	200	273166
96	Neomicina (sulfato) 5mg/g + bacitracina zincica 250ui/g	Tubo/ Bisnaga 10g	1.500	273167
97	Nitroglicerina 5mg/ml. Solução injetável	Ampola 5ml	200	268970
98	Omeprazol sódico 40mg. Pó para solução injetável + ampola com diluente	Frasco/Ampola com 40 mg de pó para solução injetável+ ampola com diluente	2.500	268160
99	Ondansetrona (cloridrato) 2mg/ml. Solução injetável	Ampola 2ml	5.500	268504
100	Ondansetrona (cloridrato) 4mg/ml. Solução injetável	Ampola 2ml	5.500	268507
101	Ondansetrona (cloridrato) 8mg/ml. Solução injetável	Ampola 4ml	5.500	305751
102	Papaína 10%. Creme. AMPLA PARTICIPAÇÃO	Bisnaga 60g	3.150	398255
103	Papaína 10%. Creme. EXCLUSIVO ME, EPP E EQUIPARADAS	Bisnaga 60g	350	398255
104	Papaína 2%. Creme. AMPLA PARTICIPAÇÃO	Bisnaga 60 g	2.250	395846
105	Papaína 2%. Creme.	Bisnaga 60 g	250	395846

ESTE DOCUMENTO FOTASSINADO EM 21/01/2025 08:03:03 03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (**.573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

EXCLUSIVO ME, EPP E EQUIPARADAS				
106	Papaína 4%. Creme.	Bisnaga 30g	2.500	451599
107	Piperacilina Sódica + Tazobactam Sódico 2,25 g (2 g/0,25 g)	Frasco/Ampola	600	271724
108	Piperacilina Sódica + Tazobactam Sódico 0,50 g (4 g/0,5 g)	Frasco/Ampola	1.200	271725
109	Pomada oftalmológica estéril - Composta de acetato de retinol 10.000 UI/g, Aminoácidos 25 mg/g, Metionina 5mg/g e Cloranfenicol 5 mg/g.	Bisnaga 3,5g	250	613735
110	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml. Solução injetável IM	Ampola 2ml	8.000	267769
111	Solução de Formol a 10% - embalagem de 01 litro	Litro	150	345486
112	Solução de Iugol a 2% - Composição iodo, iodo de potássio em veículo aquoso. Identificação na embalagem contendo número de registro na ANVISA. Validade superior a 12 meses da data da entrega. Embalagem de 01 litro.	Litro	650	438102
113	Sulfatiazina de prata (1%) 10 mg/g. Creme	Bisnaga 50g	7.500	272089
114	Sulfato de Magnésio 10%. Solução injetável	Ampola plástica transparente 10ml	700	268076
115	Sulfato de salbutamol 100mcg. Suspensão aerosol. Com 200 doses.	Frasco Aerosol	2.500	294887
116	Suspensão oftalmológica Dexametasona 1mg/ml, sulfato de neomicina 5mg/ml, sulfato de polimixina B 6.000 UI/ml. Estéril.	Frasco 5ml	1.100	446495

ESTE DOCUMENTO FOTOCOPIADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

117	Tartarato de brimonidina 0,1% - Solução oftálmica estéril.	Frasco 5ml	350	392403
118	Tartarato de brimonidina 2mg/ml (0,2%). Solução oftálmica estéril.	Frasco 5 ml	150	268352
119	Terbutalina 0,5 mg/ml (injetável)	Ampola 1 ml	100	269818
120	Tintura de Benjoim	Almotolia plástica 100ml	150	458605
121	Tobramicina 3mg/ml. Medicamento oftálmico.	Frasco 5ml	250	271581
122	Tramadol (cloridrato) 50mg/ml. Solução injetável	Ampola 2ml	1.500	292382
123	Tropicamida 10mg/ml. Medicamento oftálmico.	Frasco 5ml	150	274561
124	Vaselina Líquida 100ml	Almotolia plástica 100ml	350	431301
125	Vaselina Líquida 1000ml	Litro	600	431301

1.7. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.8. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 7.953, de 25 de junho de 2024.

1.9 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados a partir da assinatura ata de registro de preços, na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

1.10 A presente aquisição se justifica pela necessidade de reposição de medicamentos e produtos farmacêuticos para dar continuidade ao atendimento à população com intuito de suprir as necessidades dos usuários.

1.11. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e as constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

ESTE DOCUMENTO FOTASSINADO EM: 21/07/2025 08:03:03 03700-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/07/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos é essencial para atender às demandas das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde. Esses itens desempenham um papel fundamental na garantia da qualidade dos serviços prestados à população, sendo indispensáveis para o tratamento de diversas condições de saúde e para o suporte ao bem-estar da comunidade.

2.2. A disponibilidade contínua de medicamentos e produtos farmacêuticos é crucial para assegurar a continuidade do atendimento, evitando interrupções que possam comprometer a saúde dos pacientes e sobrecarregar o sistema público de saúde. Esses insumos são necessários tanto para atendimentos de rotina quanto para situações emergenciais ou de aumento sazonal da demanda, como surtos epidemiológicos ou períodos de maior incidência de doenças sazonais.

2.3. A aquisição segue os preceitos estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, que regulamenta os processos de licitação e contratação na Administração Pública. Esse respaldo legal garante que a compra seja conduzida com transparência, economicidade e eficiência, priorizando o uso responsável dos recursos públicos.

2.4. A definição do quantitativo baseou-se em uma análise criteriosa do histórico de consumo das unidades, das demandas projetadas e das variações sazonais, considerando ainda a necessidade de manutenção de um estoque estratégico. Essa abordagem assegura que os medicamentos e produtos farmacêuticos estejam disponíveis em quantidade suficiente para atender a população de forma eficiente durante todo o período contratado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução escolhida será a aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos, conforme planilha de itens, Termo de Referência e requisição, confeccionados pelo setor da Secretaria Municipal de Saúde, constantes neste processo, o relatório em questão demonstra de forma detalhada todas as características do item que deverá ser licitado para suprir as necessidades Administrativas.

3.3. Considerando as características de utilização, as quantidades de materiais necessários, os períodos informados e os valores estimados, conclui-se que a melhor opção é a mais vantajosa, adequada e disponível no mercado, sob a égide dos princípios da oportunidade e conveniência da Administração Pública está na efetiva Aquisição de medicamentos através do procedimento de Licitação, assim também pela boa qualidade e procedência de cada produto a ser licitado.

3.4. Salienta-se que esta solução tem sido utilizada e tem se mostrado mais eficiente e eficaz no atendimento das necessidades até o momento, sendo passível de análise quando se utilizar de outra solução mais vantajosa a Administração Pública no mercado.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 O licitante deve proporcionar entrega dos medicamentos, para atender necessidades das unidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste instrumento:

4.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.1.6. Os produtos deverão ser 100% novos;

4.1.7. Não serão aceitos produtos diferentes dos especificados no Termo de Referência, fora dos prazos mínimos estipulados, em mau estado de conservação, falsificados, remanufaturados, recondicionados, de qualidade inferior, com a embalagem danificada ou com os lacres de segurança rompidos, ou que não sejam originais do fabricante do equipamento, quando o item especificadamente exigir;

4.1.8. Os produtos devem ser entregues, acondicionados em suas embalagens originais, lacradas de forma tecnicamente correta;

4.1.9. Realizar a entrega dos itens com prazo máximo de 15 (quinze) dias e no endereço solicitado, a partir da emissão da ordem de compras por cada secretaria demandante.

4.1.10 São de exclusiva responsabilidade da Contratada todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), bem como todas as demais despesas que direta ou indiretamente incidam sobre o objeto contratado tais como, embalagens, fretes, mão de obra, seguro, despesas administrativas e eventuais que possam surgir em decorrência da prestação do objeto licitado.

4.2 A Licitante deverá apresentar os documentos complementares:

4.2.1 **Alvará de Licença Sanitária**, expedido pela entidade de domicílio ou sede da licitante, quando for o caso ou documento atualizado que dispense tal exigência para o item, emitido pelo órgão competente.

4.2.2 **Comprovação da Autorização de Funcionamento da empresa** participante da licitação (emitido pela ANVISA), quando for o caso ou documento atualizado que dispense tal exigência emitido pela Entidade para o respectivo item.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

4.2.3 Autorização Especial de Funcionamento (AFE) emitida pela ANVISA ou sua publicação no Diário Oficial da União (DOU), se for o caso.

4.2.4 Certificado de registro dos medicamentos na ANVISA ou sua publicação no Diário Oficial da União (DOU), **a ser apresentado no ato da entrega do objeto pela licitante vencedora.**

- No caso de medicamento importado, **apresentar no ato da entrega**, certificado de boas práticas de fabricação e controle, emitido pela autoridade sanitária do país de origem, ou laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira.

Sustentabilidade:

4.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.4. Segundo orientação de contratações sustentáveis do Ministério da Fazenda da União, o órgão verificará a real necessidade da demanda em cada caso, afim de reduzir contratação desnecessária.

4.5. Segundo os termos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a contratada deverá empregar meios para garantir os direitos dos trabalhadores, como por exemplo, medidas de proteção à saúde e segurança no ambiente de trabalho.

Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega do objeto é de 15 (quinze) dias uteis, contados a partir da Ordem de compra pronta, assinada e encaminhada à CONTRATADA, em remessa única ou parcelada, no seguinte endereço: R. Expedicionário Boavidir Massote, 520 - Campo Belo, MG, 37270-000, nos horários de 07:00 h às 11:30 h ou 13:30 h às 17:00 h, devendo ser confirmado antes com o setor licitante, ficando o Município de Campo Belo isento de quaisquer custos com transportes e demais despesas com o objeto licitado.

5.2 A entrega do objeto será de forma PARCELADA, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, sem nenhum ônus adicional ao Contratante.

5.3 A Secretaria Municipal de Saúde poderá proceder alterações nas quantidades, dias e locais de entrega, a seu critério, comunicando tal fato com antecedência mínima de 5 (cinco) dias de antecedência.

5.4 A Contratada deve fornecer o objeto deste certame de acordo com as requisições emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde, de modo que a entrega deverá ser realizada nos locais indicados, obedecendo os critérios adequados de temperatura para preservação dos produtos durante o transporte.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

5.5. Os medicamentos e produtos farmacêuticos deverão vir acondicionados em embalagens íntegras, dentro do prazo de validade estipulado. Os produtos termolábeis e os demais deverão ser transportados conforme normas vigentes, mantendo controle de temperatura e umidade.

5.6 O armazenamento e transporte deverão ser feitos dentro do preconizado. Os produtos deverão estar devidamente protegidos do pó e variação de temperatura, conforme resolução da Anvisa nº 329 de 22/07/99. No caso de produtos termolábeis a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nesses casos, devem ser utilizadas preferencialmente, fitas especiais para monitoramento da temperatura durante o transporte.

5.7. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto referentes à temperatura, umidade e empilhamento, etc.

5.8. As embalagens devem conter as respectivas bulas e demais exigências legais previstas para o cartucho e rotulagem, e, o texto de acordo com orientações do Ministério da Saúde e Código de Defesa do Consumidor, inclusive número de lote, data de fabricação e prazo de validade.

5.9. Os produtos acondicionados em bisnagas devem apresentar lacre de bico de dispensação e tampa com dispositivo para rompimento.

5.10 Produtos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes para aplicação, quando for o caso.

5.11. Em caso de irregularidade não sanada pelo licitante vencedor, a administração por meio de seu representante, reduzirá a termos os fatos ocorridos e encaminhará a autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.

5.12. Havendo necessidade de remoção dos produtos, o transporte ficará a cargo da Contratada.

5.13. As despesas decorrentes de frete e transporte, descarregamento dos produtos no local designado, e quaisquer outras despesas adicionais que incidam direta e indiretamente sobre a perfeita e integral execução do objeto a ser adquirido, correrão por conta e risco exclusivo da empresa vencedora, sem a inclusão posterior de qualquer custo adicional, além daqueles apresentados na proposta de preços.

5.14 A entrega do objeto será fiscalizada por funcionário responsável, o que não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pelo fornecimento, notadamente nos aspectos de qualidade, prazo de validade do produto, estado de conservação das embalagens, ou quaisquer outras alterações que venham interferir na qualidade do objeto ofertado.

5.15 A validade mínima dos produtos deverá ser de 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo de validade total, a partir da data de fabricação. Dessa forma, somente serão recebidos

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

produtos que ainda não tiverem ultrapassado 25% de seu prazo de validade total, contando da data de sua fabricação.

5.16 A empresa Contratada deverá ofertar todos os itens de primeira qualidade e ter aceitação da Secretaria Municipal de Saúde.

5.17 O Município de Campo Belo/MG reserva-se no direito de não receber os produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar as sanções previstas no item 16, constante no Edital.

5.18 A Contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, em prazo não superior a 07 (sete) dias, medicamentos e produtos farmacêuticos em que se verifiquem irregularidades.

5.19. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.20 A Contratada responsabiliza-se pelo fiel cumprimento da entrega dos produtos no prazo estabelecido nesse termo, em conformidade com a proposta e com as descrições apresentadas neste Termo de Referência.

5.21 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.22 A Contratada responsabiliza-se pela qualidade dos produtos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados ao Município de Campo Belo, seja de qual natureza for.

5.23 A Contratada não pode transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto adjudicado, sem prévia e expressa anuência do Município de Campo Belo.

5.24 A Contratada manterá informado o Município de Campo Belo quanto a mudança de endereço, telefones, fax e e-mail, ou qualquer outra mudança que seja de interesse desta municipalidade.

5.25 A Contratada deverá entregar os produtos de acordo com a ordem de compra recebida, independente do quantitativo e valor do pedido, sendo que os pedidos podem ser solicitados parcialmente do saldo total licitado.

5.26. Os pedidos realizados pela contratante são definidos de acordo com o controle de estoque e poderá ser solicitado em maior ou menor quantidade estabelecida pela Direção e pelo setor farmacêutico, sendo ambos fiscais do contrato, conforme necessidade da unidade.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e artigo 9º do Decreto Municipal n. 7.361/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput.

7. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. Compete ao fiscal o acompanhamento da execução do objeto contratual, tendo por parâmetro os resultados previstos, visando à qualidade da prestação, em especial, nos termos do artigo 8º do Decreto n.7361/2023:

I. Acompanhar o cronograma de execução do contrato, monitorando os prazos e condições de entrega;

II. Acompanhar sistematicamente a execução do objeto da contratação;

III. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, apontando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

IV. Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados em consonância com o previsto no contrato, nos termos do inciso VI, art. 92 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

V. Apurar a importância a ser paga e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação, com base no contrato e nos comprovantes de entrega do bem ou de efetiva prestação do serviço;

VI. Comunicar formalmente a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais, para que esta tome as providências cabíveis à regularização de faltas ou defeitos;

VII. Examinar e conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, e formalizar o atesto da prestação do serviço ou recebimento dos bens;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (**.573.786.***) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- VIII. Fazer diligências junto à empresa contratada, se for o caso, adotando controles adequados e suficientes para registro destas reuniões;
- IX. Informar ao gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- X. Manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;
- XI. Receber provisoriamente, aquisições, obras ou serviços sob sua responsabilidade;
- XII. Solicitar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, a expensas do contratado, no total ou em parte, de objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

8. DO GESTOR DO CONTRATO

8.1. Compete ao gestor o acompanhamento dos aspectos administrativos do contrato, em especial (artigo 7º do Decreto Municipal n. 7.361/2023):

I - Acompanhar a manutenção, pelo contratado, das condições estabelecidas em instrumento convocatório e contrato e das exigências legais;

II - Conferir a importância a ser paga, constante no documento comprobatório da despesa, com base no contrato, na nota de empenho e no ateste do fiscal do contrato;

III - Manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;

IV - Manter controle atualizado dos saldos de empenhos e dos pagamentos efetuados, evitando a realização de serviço ou fornecimento sem prévio empenho;

V - Orientar os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições;

VI - Promover o ateste de notas fiscais e faturas, em conjunto com o fiscal do contrato, no que couber, para fins de comprovação do cumprimento da obrigação contratual;

VII - Promover, quando couber, reunião inicial para apresentação do modelo de gestão, de que trata o art. 9º deste decreto, após a assinatura do contrato;

VIII - Providenciar, quando necessário, a formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais; realizar o controle do valor e atualização das garantias e informar a unidade de contabilidade e finanças para os devidos registros;

IX - Receber definitivamente aquisições, obras ou serviços sob sua responsabilidade, observando-se o disposto no capítulo IV deste decreto;

X - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização e subsidiar o ordenador de despesas na aplicação de penalidades advindas de inexecução parcial ou total do contrato;

XI - Verificar o cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

XII - Zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato, avaliando e promovendo as solicitações conforme o caso;

XIII - Constituir o relatório final, de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da administração pública municipal.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1 A avaliação da execução do objeto será realizada responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produzir os resultados acordados,
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

9.3. Nos termos do artigo 11 do Decreto Municipal n. 7.361/2023, o recebimento do objeto contratado ocorrerá da seguinte forma:

I - Na hipótese de obras ou prestação de serviços:

- a) provisoriamente, pelo fiscal, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico previamente definidos no contrato;
- b) definitivamente, pelo gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

II. na hipótese de fornecimento de bens:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo fiscal, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) definitivamente, pelo gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

III. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo deverão ser definidos no contrato.

IV. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato e o especificado no Termo de Referência.

V. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

VI. O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos de:





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- a) aquisição de gêneros perecíveis, alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares;
- b) serviços e compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Liquidação

9.4. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme cronograma de pagamentos elaborado pela Secretaria Municipal de Fazenda.

9.5. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal, Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.5.1. O prazo de validade;
- 9.5.2. A data da emissão;
- 9.5.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.5.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 9.5.5. O valor a pagar; e
- 9.5.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

9.8. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

9.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

9.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado,





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

9.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

9.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.13. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da despesa, conforme cronograma de pagamentos elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde.

2.1. Forma de pagamento

9.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.15. Será considerada data do pagamento o dia em que for realizada a transferência bancária para conta de titularidade do contratado.

9.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.18. Serão observadas as normas relativas à retenção do imposto de renda dispostas no Decreto Municipal n.6.909/2023.

9.19. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, no sistema de REGISTRO DE





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

PREÇOS com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.1. Modo de disputa: **Aberto e fechado.**

Forma de fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será PARCELADO;

10.3. A entrega deverá ser realizada diariamente após a emissão da Ordem de Compra, assinada e encaminhada à CONTRATADA;

10.4. A entrega do objeto será fiscalizada por funcionário responsável, o que não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pelo fornecimento, notadamente nos aspectos de qualidade, estado de conservação, ou quaisquer outras alterações que venham interferir na qualidade do objeto ofertado.

10.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de imediato, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.9. A contratada se responsabilizará com os custos decorrentes da execução do objeto, como por exemplo, deslocamento e traslado.

Exigências de habilitação

10.10. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.11. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.12. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

10.13. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.14. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.15. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

10.16. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.17. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.18. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

10.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

10.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Certidão Negativa de Débitos da Receita Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.25. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual.

Qualificação Econômico-Financeira

10.28. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

10.29. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.30. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil

A Licitante deverá apresentar os documentos complementares:

10.31 **Alvará de Licença Sanitária**, expedido pela entidade de domicílio ou sede da licitante, quando for o caso ou documento atualizado que dispense tal exigência para o item, emitido pelo órgão competente.

10.32 **Comprovação da Autorização de Funcionamento da empresa** participante da licitação (emitido pela ANVISA), quando for o caso ou documento atualizado que dispense tal exigência emitido pela Entidade para o respectivo item.

10.33 Autorização Especial de Funcionamento (AFE) emitida pela ANVISA ou sua publicação no Diário Oficial da União (DOU), se for o caso.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**(*) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

10.34 Certificado de registro dos medicamentos na ANVISA ou sua publicação no Diário Oficial da União (DOU), **a ser apresentado no ato da entrega do objeto pela licitante vencedora.**

- No caso de medicamento importado, **apresentar no ato da entrega**, certificado de boas práticas de fabricação e controle, emitido pela autoridade sanitária do país de origem, ou laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

Justificativa

11.2. O Agente de contratação irá trabalhar com os valores estimados: onde os mesmos já foram orçados conforme Instrução Normativa vigente e servirão de parâmetros no momento das negociações, dando base de cálculo para valor inexecutável ou no valor excedente.

11.3. O orçamento será sigiloso devido a possível variação de preços significativa nas amostras colhidas nos orçamentos do setor solicitante, da variação de mercado e com isso dando maior segurança ao Agente de contratação para negociar com preço real com o Licitante.

11.4. Evitar o efeito âncora: O fato é que, a depender do mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração. Nessas situações, a consagração de princípios próprios da Administração Pública (interesse público, economicidade e eficiência, sobretudo) solicitamos que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa pelo contrato/ata de registro de preços.

11.5. Dessa forma, entende-se que a pertinência do orçamento sigiloso é uma forma de “forçar” os fornecedores a apresentar a sua melhor proposta sem estar vinculado aos orçamentos que foram realizados pelo setor solicitante.

11.6. A divulgação, conforme disposto no item anterior, é fundamentada no § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no art.24 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021;

11.7. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:

11.7.1. O sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

11.8. No art.12 da Instrução Normativa nº de 30 de setembro de 2022.:





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

11.8.1. § 1º Para fins do disposto no caput, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas, observado o § 1º do art. 30.

Observação

11.9. Toda a pesquisa de mercado realizada pelo setor solicitante está disponível para os órgãos de controle interno e externo e se tornará pública para todos os interessados imediatamente após o encerramento do envio de lances

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios específicos da Secretaria Municipal de Saúde / Município de Campo Belo-MG ou Estadual ou Federal.

12.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 02/013
- II) Fonte de Recursos: 1500000000
- III) Programa de Trabalho: 0154
- IV) Elemento de Despesa: 33390300000000000000
- V) Sub Elemento: 09
- VI) Plano Interno - ref dotação: 914
- VII) Ação: 2181

- I) Gestão/Unidade: 02/013
- II) Fonte de Recursos: 1500000000
- III) Programa de Trabalho: 0154
- IV) Elemento de Despesa: 33390300000000000000
- V) Sub Elemento: 35
- VI) Plano Interno - ref dotação: 914
- VII) Ação: 2181

- I) Gestão/Unidade: 02/013
- II) Fonte de Recursos: 1600000000
- III) Programa de Trabalho: 0154
- IV) Elemento de Despesa: 33390300000000000000
- V) Sub Elemento: 09
- VI) Plano Interno - ref dotação: 915
- VII) Ação: 2181

- I) Gestão/Unidade: 02/013
- II) Fonte de Recursos: 1600000000





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- III) Programa de Trabalho: 0154
- IV) Elemento de Despesa: 33390300000000000000
- V) Sub Elemento: 35
- VI) Plano Interno - ref dotação: 915
- VII) Ação: 2181

- I) Gestão/Unidade: 02/013
- II) Fonte de Recursos: 1621000000
- III) Programa de Trabalho: 0154
- IV) Elemento de Despesa: 33390300000000000000
- V) Sub Elemento: 09
- VI) Plano Interno - ref. dotação: 916
- VII) Ação: 2181

- I) Gestão/Unidade: 02/013
- II) Fonte de Recursos: 1621000000
- III) Programa de Trabalho: 0154
- IV) Elemento de Despesa: 33390300000000000000
- V) Sub Elemento: 35
- VI) Plano Interno - ref dotação: 916
- VII) Ação: 2181

- I) Gestão/Unidade: 02/013
- II) Fonte de Recursos: 1500000000
- III) Programa de Trabalho: 0155
- IV) Elemento de Despesa: 33390300000000000000
- V) Sub Elemento: 09
- VI) Plano Interno - ref dotação: 930
- VII) Ação: 2203

- I) Gestão/Unidade: 02/013
- II) Fonte de Recursos: 1500000000
- III) Programa de Trabalho: 0155
- IV) Elemento de Despesa: 33390300000000000000
- V) Sub Elemento: 35
- VI) Plano Interno - ref dotação: 930
- VII) Ação: 2203

- I) Gestão/Unidade: 02/013
- II) Fonte de Recursos: 1621000000





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- III) Programa de Trabalho: 0155
- IV) Elemento de Despesa: 33390300000000000000
- V) Sub Elemento: 09
- VI) Plano Interno - ref dotação: 931
- VII) Ação: 2203

- I) Gestão/Unidade: 02/013
- II) Fonte de Recursos: 1621000000
- III) Programa de Trabalho: 0155
- IV) Elemento de Despesa: 33390300000000000000
- V) Sub Elemento: 35
- VI) Plano Interno - ref dotação: 931
- VII) Ação: 2203

- I) Gestão/Unidade: 02/013
- II) Fonte de Recursos: 1621000000
- III) Programa de Trabalho: 0171
- IV) Elemento de Despesa: 33390300000000000000
- V) Sub Elemento: 09
- VI) Plano Interno - ref dotação: 942
- VII) Ação: 2266

- I) Gestão/Unidade: 02/013
- II) Fonte de Recursos: 1621000000
- III) Programa de Trabalho: 0171
- IV) Elemento de Despesa: 33390300000000000000
- V) Sub Elemento: 35
- VI) Plano Interno - ref dotação: 942
- VII) Ação: 2266

- I) Gestão/Unidade: 02/013
- II) Fonte de Recursos: 1500000000
- III) Programa de Trabalho: 0155
- IV) Elemento de Despesa: 33390300000000000000
- V) Sub Elemento: 09
- VI) Plano Interno - ref dotação: 1014
- VII) Ação: 2194

- I) Gestão/Unidade: 02/013
- II) Fonte de Recursos: 1500000000

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- III) Programa de Trabalho: 0155
- IV) Elemento de Despesa: 33390300000000000000
- V) Sub Elemento: 35
- VI) Plano Interno - ref dotação: 1014
- VII) Ação: 2194

- I) Gestão/Unidade: 02/013
- II) Fonte de Recursos: 1600000000
- III) Programa de Trabalho: 0155
- IV) Elemento de Despesa: 33390300000000000000
- V) Sub Elemento: 09
- VI) Plano Interno - ref dotação: 1015
- VII) Ação: 2194

- I) Gestão/Unidade: 02/013
- II) Fonte de Recursos: 1600000000
- III) Programa de Trabalho: 0155
- IV) Elemento de Despesa: 33390300000000000000
- V) Sub Elemento: 35
- VI) Plano Interno - ref dotação: 1015
- VII) Ação: 2194

Campo Belo, 16 de janeiro de 2025.



Assinado por HEIDE CANDIDO
VILELA ***.573.786.** em
21/01/2025 08:02:44

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Heide Candida Vilela - Matrícula: 89788
Gestor

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***.573.786.***) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS



Assinado por CAMILA
MOREIRA GONZALEZ
SATURNINO NUNES
***.256.066-** em 21/01/2025
09:23:37

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Camila Moreira Gonzalez Saturnino – Matrícula: 50420

Fiscal



Assinado por LUCIANA
BASTOS DE ASSIS
***.924.596-** em 21/01/2025
10:34:07

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Luciana Bastos de Assis - Matrícula: 89367

Fiscal

Ana Paula Aparecida Almeida – Matrícula: 89468

Fiscal



Assinado por JADHER SILVA
RIOS ***.456.906-** em
21/01/2025 08:43:14

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Jadher Silva Rios – Matrícula: 89795

Equipe de planejamento

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***.573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS



Assinado por RENATA SENA
BANHATO ***.559.106-** em
21/01/2025 08:56:09

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Renata Sena Banhato – Matrícula: 83494
Equipe de planejamento



Assinado por JULIANO
FURTADO FREIRE Secretário
***.910.626-** em 21/01/2025
09:09:26

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Juliano Furtado Freire – Matrícula: 5035-6
Secretário Municipal de Saúde

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p43e7fa762e68>
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (**.573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO II

ANEXO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Órgão Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde

2. Equipe de planejamento:

Nome: Jadher Silva Rios – Matrícula: 89795

Nome: Renata Sena Banhato – Matrícula: 83494-5

3. Equipe de gestão e fiscalização contratual

Gestor:

Heide Cândido Vilela - Matrícula: 89788

Fiscais:

Camila Moreira Gonzalez Saturnino - Matrícula: 50420

Luciana Bastos de Assis - Matrícula: 89367

Ana Paula Aparecida Almeida - Matrícula: 89468

Este Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por objetivo assegurar a viabilidade técnica e a razoabilidade para registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos, para atender as demandas de todos os setores da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

3. Descrição da necessidade

A aquisição dos produtos em questão é essencial para manter a eficiência nos atendimentos médicos e nos serviços de enfermagem dos setores desta Secretaria. Esses itens, que fazem parte de uma lista padronizada, desempenham um papel fundamental nas intervenções de saúde realizadas nas unidades. A garantia de suprimento desses itens é essencial para assegurar a continuidade dos serviços ao longo do ano e garantir a capacidade de fornecer um atendimento de qualidade à população. A aquisição visa não apenas suprir demandas específicas, mas também garantir a capacidade operacional diante de variações sazonais ou situações de emergência.

Essa medida está respaldada pela legislação vigente sobre a aquisição de insumos médicos, inserindo-se no âmbito da saúde pública para assegurar a continuidade e a eficácia dos atendimentos prestados pelos setores. Além disso, alinha-se às políticas públicas de promoção da saúde, reafirmando o compromisso da gestão pública em zelar pela saúde da população. O objetivo da contratação é garantir a continuidade e a eficácia desses atendimentos, assegurando que os insumos médicos necessários estejam sempre disponíveis, de modo a fornecer um atendimento de qualidade à população.

A escolha pela terceirização se justifica pela busca de eficiência e qualidade na gestão dos insumos. Essa abordagem permite acesso a fornecedores especializados, oferece flexibilidade para lidar com as variações de

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p43e7fa762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

demanda e assegura que os produtos sejam adquiridos de maneira eficiente e oportuna, contribuindo para a continuidade dos serviços de saúde.

O quantitativo proposto para a aquisição baseia-se em uma análise detalhada da demanda anual dos setores, considerando a variabilidade ao longo do ano, o histórico de atendimentos e as projeções futuras. A estimativa visa garantir uma quantidade suficiente de medicamentos e produtos farmacêuticos para atender às necessidades da comunidade durante todo o período. A manutenção de um estoque estratégico é vital para minimizar os riscos de desabastecimento em situações críticas, como picos sazonais ou eventos inesperados, fortalecendo assim a capacidade de manter um atendimento de qualidade, mesmo em cenários desafiadores.

4. Previsão no Plano Anual de Contratações

O Plano Anual de Contratação está sendo elaborado.

5. Estimativas das quantidades

Considerando a demanda e as licitações de anos anteriores, e com base no consumo de medicamentos e produtos farmacêuticos do ano retroativo, a quantidade estimada a seguir é considerada suficiente para atender às necessidades dos setores da Secretaria Municipal de Saúde.

ITEM	PRODUTO/ DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Acetato de Hidrocortisona 10mg/g. Creme.	Bisnaga com 30 g	1.100
02	Ácido Ascórbico 100 mg/ ml, Solução Injetável (Vitamina C). EV.	Ampola 5 ml	5.500
03	Ácido Tricloracético a 90%	Frasco 10 ml	150
04	Ácido Tricloracético a 80%	Frasco 10ml	150
05	Ácido Tricloracético a 75%	Frasco 30 ml	165
06	Ácido Tricloracético a 60%	Frasco 30 ml	150
07	Ácido Tricloracético a 50%	Frasco 30 ml	150





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

08	Água destilada	Ampola 10 ml	26.400
09	Água Bidestilada	Ampola 10 ml	8.800
10	Cloridrato de proximetacaína 5ml/ml. Medicamento oftálmico.	Frasco 5ml	150
11	Cloridrato de Tetracaína (10 mg/ml) e Cloridrato de Fenilefrina (1 mg/ml). Solução oftálmica estéril.	Frasco 10 ml	250
12	Bromoprida 5mg/ml, solução injetável.	Ampola 2 ml	19.000
13	Ceftriaxona 1g. Pó para solução injetável e ampola de 3,5 ml. IM/EV. IM/EV.	Frasco/Ampola	11.000
14	Cetoprofeno 100mg. Pó para solução injetável EV.	Frasco/Ampola com 100 mg de pó para solução injetável	6.600
15	Cetoprofeno 50 mg/ml. Solução injetável IM.	Frasco/Ampola 2 ml	5.500
16	Ciprofloxacino (cloridrato) 2mg/ml. Administração EV. Embalado individualmente.	Frasco/ Bolsa 100 ml	3.300
17	Clindamicina (fosfato) 150 mg/ml. Solução injetável.	Ampola 4 ml	2.200
18	Cloreto de Potássio 10%. Solução injetável.	Ampola plástica transparente 10ml	3.800
19	Cloreto de sódio 20%. Solução injetável.	Ampola plástica transparente 10ml	7.000

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

20	Cloreto de sódio 10%. Solução injetável.	Ampola plástica transparente 10ml	4.000
21	Clorexidina Digluconato a 2%. Solução Alcóolica.	Frasco 1 litro	450
22	Clorexidina a 0,5%. Solução tópica.	Frasco 1 litro	350
23	Complexo B. Solução injetável.	Ampola 2ml	11.000
24	Dexametasona 4mg/ml. Solução injetável.	Ampola 2,5ml	8.000
25	Acetato Dexametasona creme 1 mg/g.	Bisnaga 10g	4.000
26	Diazepam 5mg/ml. Solução injetável.	Ampola 2ml	3.000
27	Dipirona Sódica 500mg/ml. Solução injetável.	Ampola 2ml	16.000
28	Escopolamina (butilbrometo) 20mg/ml. Solução injetável.	Ampola 1ml	11.000
29	Escopolamina (butilbrometo) 4mg/ml + dipirona 500mg/ml. Solução injetável.	Ampola 5ml	11.000
30	Fenilefrina 10%. Solução oftálmica.	Frasco 5ml	180
31	Fluoresceína sódica 1%. Medicamento oftálmico.	Frasco 5ml	150
32	Furosemida 10mg/ml. Solução injetável.	Ampola 2 ml	8.000

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

33	Gentamicina (sulfato) 80mg/ml. Solução injetável	Ampola 2ml	3.500
34	Gentamicina (sulfato) 40mg/ml. Solução injetável	Ampola 2ml	2.500
35	Glicose 25%. Solução injetável	Ampola plástica transparente 10ml	6.000
36	Glicose 50%. Solução injetável	Ampola plástica transparente 10ml	6.000
37	Haloperidol 5mg/ml. Solução injetável	Ampola 1 ml	3.500
38	Hidrocortisona (succinato) 100mg. Pó para solução injetável. IM/EV.	Frasco/ Ampola com 100 mg de pó para solução injetável	6.500
39	Hidrocortisona (succinato) 500mg. Pó para solução injetável IM/EV.	Frasco/ Ampola com 500 mg de pó para solução injetável	7.500
40	Insulina regular (Insulina humana) 100ui/ml. SC.	Frasco/ Ampola 10ml	200
41	Ipratrópio (brometo) 0,25mg/ml .	Frasco plástico conta gotas 20ml	2.000
42	Levofloxacino 5mg/ml. Solução injetável	Bolsa ou Frasco 100 ml	2.500
43	Meropenem 1g – pó para solução injetável	Unidade	1.500
44	Lidocaína (cloridrato) geléia 2%. Produto não dever ser de origem manipulada.	Tubo 30 g	7.000

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c-ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

45	Cloridrato de lidocaína a 2%, sem epinefrina frasco com 20mg/ml	Unidade	18.500
46	Cloridrato de lidocaína com epinefrina 2%. Com epinefrina 1:200.000. Frasco com 20ml.	Caixa com 50 unidades	10.500
47	Lidocaína (cloridrato) spray 10%.	Frasco 50ml	20
48	Metilprednisolona 500mg. Pó para solução injetável + ampola com diluente	Frasco/Ampola com 500 mg de pó para solução injetável + ampola com diluente	250
49	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml. Solução injetável	Ampola 2ml	7.000
50	Metronidazol 500mg/ml. Solução injetável	Bolsa ou frasco 100 ml	2.500
51	Midazolam 5mg/ml. Solução injetável	Ampola 10ml	1.500
52	Midazolam 5mg/ml. Solução injetável	Ampola 3ml	1.200
53	Morfina (sulfato) 10mg/ml. Solução injetável	Ampola 1ml	1.500
54	Neomicina (sulfato) 5mg/g + bacitracina zíncica 250ui/g	Tubo/ Bismaga 10g	1.500
55	Neomicina (sulfato) 3,5mg/g	Tubo 20g	200
56	Nitroglicerina 5mg/ml. Solução injetável	Ampola 5ml	200

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.ipm.com.br/p43e7fa762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

57	Omeprazol sódico 40mg. Pó para solução injetável + ampola com diluente	Frasco/Ampola com 40 mg de pó para solução injetável+ ampola com diluente	2.500
58	Ondansetrona (cloridrato) 2mg/ml. Solução injetável	Ampola 2ml	5.500
59	Ondansetrona (cloridrato) 4mg/ml. Solução injetável	Ampola 2ml	5.500
60	Ondansetrona (cloridrato) 8mg/ml. Solução injetável	Ampola 4ml	5.500
61	Papaína 10%. Creme.	Bisnaga 60g	3.500
62	Papaína 2%. Creme.	Bisnaga 60 g	2.500
63	Papaína 4%. Creme.	Bisnaga 30g	2.500
64	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml. Solução injetável IM	Ampola 2ml	8.000
65	Sulfatiazina de prata (1%) 10 mg/g. Creme	Bisnaga 50g	7.500
66	Sulfato de Magnésio 10%. Solução injetável	Ampola plástica transparente 10ml	700
67	Sulfato de salbutamol 100mcg. Suspensão aerossol. Com 200 doses.	Frasco Aerossol	2.500
68	Tartarato de brimonidina 2mg/ml (0,2%). Solução oftálmica estéril.	Frasco 5 ml	150
69	Tintura de Benjoim		150

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c-ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

		Almotolia plástica 100ml	
70	Tramadol (cloridrato) 50mg/ml. Solução injetável	Ampola 2ml	1.500
71	Tobramicina 3mg/ml. Medicamento oftálmico.	Frasco 5ml	250
72	Tropicamida 10mg/ml. Medicamento oftálmico.	Frasco 5ml	150
73	Vaselina líquida 100ml	Almotolia plástica 100ml	350
74	Vaselina líquida 1000ml	Litro	600
75	Ácido Acético 5% - embalagem 01 litro	Litro	550
76	Ácido Acético 2% - embalagem de 01 litro	Litro	550
77	Ácido graxo essenciais (AGE). Age como curativo primário composto por óleos de origem vegetal, ricos em ácidos graxos essenciais que favorecem o processo de cicatrização, desbridamento e alívio da dor. indicado para hidratação da pele íntegra, evitando o aparecimento de feridas, úlceras de pressão (escaras).	Frasco 100ml	3.000
78	Água oxigenada 10 volumes – embalagem de 01 litro	Litro	650
79	Carvão Ativado com Prata Recortável – Tamanho 10cm x 10cm. Composto de tecido de carvão ativado impregnado com prata, prensado entre duas camadas de Rayon/poliamida. O tecido de carvão ativado absorve os gases voláteis, responsáveis pelo mau cheiro e microrganismos produtores desta substância. A prata impregnada no tecido de carvão exerce efeito bactericida sobre os microrganismos auxiliando no controle de infecção da ferida. As camadas de Rayon/poliamida são não aderentes, semipermeáveis, isolantes térmicas e absorventes. a não aderência confere propriedades ao curativo de evitar a perda do tecido neoformado no momento da remoção ou troca do mesmo. A semipermeabilidade	Unidade	1.500

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p43e7faf762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

	do tecido permite o fluxo do exsudato para o curativo secundário além de propiciar um microambiente com umidade ideal para cicatrização da ferida. a característica do isolante térmico assegura a manutenção no leito da lesão, da temperatura ótimo para estimular a epitelização da ferida. O tecido de Rayon/poliamida possui características absorventes sendo que o exsudato excedente tem trânsito livre para o curativo secundário devido a sua semipermeabilidade.		
80	Colagenase - pomada dermatológica 0,6u/g. Embalagens em bisnaga de alumínio mais espátula plástica.	Bisnaga 50g	5.000
81	Colagenase com cloranfenicol - pomada dermatológica 0,6u/g + 0,01g/g. Embalagens em bisnaga de alumínio mais espátula plástica.	Bisnaga 50g	5.000
82	Fixador citológico spray - frasco de alumínio e sistema aerossol, composto por água purificada, álcool etílico (70%), polietileno glicol (10%) e propelente butano (20%).	Frasco com 100 ml	1.200
83	Solução de Formol a 10% - embalagem de 01 litro	Litro	150
84	Gel para USG e ECG (5lt) - Transparente, de consistência firme, sem cheiro.	Galão 5lt	4.300
85	Gel para para USG e ECG (300ml) – Transparente, de consistência firme, sem cheiro	Frasco 300ml	5.500
86	Glicerina bi- destilada – embalagem de 01 litro	Litro	180
87	Hidrogel com alginato - hidrogel com alginato é um gel constituído por água purificada, propilenoglicol, carbômeto 940, trietanolamina, alginato de cálcio e sódio, conservantes e carboximetilcelulose. Conduz ao desbridamento autolítico, facilitando o debridamento mecânico. Curativo primário, absorvente, não estéril, transparente e viscoso.	Bisnaga 85g	5.000
88	Pomada oftalmológica estéril - Composta de acetato de retinol 10.000 UI/g, Aminoácidos 25 mg/g,	Bisnaga 3,5g	250

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO <https://c.ipm.com.br/p43e7fa762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

	Metionina 5mg/g e Cloranfenicol 5 mg/g.		
89	Solução de lugol a 2% - Composição iodo, iodo de potássio em veículo aquoso. Identificação na embalagem contendo número de registro na ANVISA. Validade superior a 12 meses da data da entrega. Embalagem de 01 litro.	Litro	650
90	Tartarato de brimonidina 0,1% - Solução oftálmica estéril.	Frasco 5ml	350
91	Diclofenaco dietilamônio 11,6mg/g – Uso tópico em gel	Bisnaga 60g	1.500
92	Cloridrato de ciclopentolato 10mg/ml - Frasco contagotas. Solução oftálmica estéril.	Frascos 5 ml	1.500
93	Curativo de alginato 10cm x10cm - Produto estéril. Possui em sua composição alginato de cálcio natural com a prata. Para o cuidado de feridas superficiais ou profundas com altos níveis de exsudato que estão infectados ou em risco de infecção. Mata as bactérias no leito da ferida com os íons de prata liberados.	Pacote com 10 unidades	5.000
94	Curativo redondo bege 25mm - Não estéril. Utilizados após coleta de sangue e/ou aplicação de injeções e teste de pezinho. Fácil Utilização. Fabricados em Polietileno siliconado, fita microporosa, não tecido sem látex e solvente tamanho do curativo 2,5cm x 2,5cm. Tecido da almofadinha em TNT. Tipo de cola: Hot melt. Cor bege. Não causa Irritação. Flexível nas dobras da pele.	Caixa com 500 unidades	1.300
95	Suspensão oftalmológica Dexametasona 1mg/ml, sulfato de neomicina 5mg/ml, sulfato de polimixina B 6.000 UI/ml. Estéril.	Frasco 5ml	1.100
96	Iodopovidona PVPI - Degermante (embalagem de 01 litro) – 100mg/ml. Solução aquosa a 10%	Litro	1.300
97	Bissulfito de sódio 3%. Solução QSP. Aquoso. Embalagem de 01 litro.	Litro	2.500
98	Atropina sulfato 0,25mg/ml (injetável)	Ampola 1ml	200





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

99	Carvão vegetal ativado 250mg (comprimido)	Caixa com 30 comprimidos	150
100	Atensina Clonidina 0,100 mg (comprimido)	Caixa com 30 comprimidos	150
101	Dinitrato de isossorbida 5mg (comprimido sublingual)	Caixa com 30 comprimidos	150
102	Adrenalina Epinefrina 1mg/MI. Injetável. Solução 1:1000.	Ampola 1ml	200
103	Fenitoína 50mg/ml (injetável)	Ampola 5 ml	200
104	Terbutalina 0,5 mg/ml (injetável)	Ampola 1 ml	100
105	Piperacilina Sódica + Tazobactam Sódico 2,25 g (2 g/0,25 g)	Frasco/Ampola	600
106	Piperacilina Sódica + Tazobactam Sódico 0,50 g (4 g/0,5 g)	Frasco/Ampola	1.200
107	Heparina Sódica 5.000UI/mg	Ampola 5 ml	5.500
108	Cloridrato Metoclopramida 10mg	Ampola 2ml	5.500

6. Levantamento de Mercado

Com base nos requisitos definidos, foram realizados levantamentos para identificar quais soluções existentes no mercado atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação. Os respectivos preços estimados, levam-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização. O principal objetivo desse processo foi identificar alternativas viáveis para a aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos e seguir critérios técnicos e econômicos com o intuito de justificar a escolha da solução mais adequada.

Após analisar os itens demandados e os requisitos delineados, a equipe de planejamento realizou uma abrangente pesquisa de preços de mercado, buscando garantir a compatibilidade das propostas apresentadas. Esse levantamento foi conduzido de forma ampla, utilizando fontes diversas, como consultas online em sites especializados e contato direto com fornecedores via telefone e e-mail.

No âmbito deste estudo, também foram examinados processos de contratações semelhantes realizadas por outros órgãos e entidades. Isso incluiu a análise de editais para identificar possíveis novas metodologias, tecnologias ou





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

inovações que pudessem melhor atender às necessidades dos setores. Observou-se que não houve variações significativas na execução do objeto em relação ao papel da empresa a ser contratada.

Após a análise do mercado, as seguintes características foram identificadas:

Das soluções:

Solução 1 - Analisar processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de sempre estar com um bom estoque para melhor atender às necessidades conforme a demanda da saída de medicamentos e produtos farmacêuticos das unidades;

Solução 2 - Realizar uma análise dos processos a serem iniciados em diferentes órgãos com o intuito de formalizar a intenção para participar do processo a fim de realizar a aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos, visando garantir o abastecimento contínuo dos setores.

Solução 3 - Aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos atendendo a todas especificações dos itens.

Das formas:

Solução 1 - Buscar atas de registro de preços compatíveis com a descrição dos itens desejados que estão disponíveis para a realização de adesão;

Solução 2 - Registrar intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante, cujo a descrição dos itens atende a necessidade da instituição;

Solução 3 - Realizar licitação própria.

Da análise:

Solução 1 - Não foi identificado atas de registro de preço correspondentes aos descritivos dos itens do tópico 6 para realizar adesão;

Solução 2 - Não há Pregões para registrar intenção de Registro de Preços junto a outro órgão;

Solução 3 - É possível a realização de licitação, pela Secretaria Municipal de Saúde.

Da conclusão:

Diante das considerações apresentadas, esta equipe chega à conclusão de que a opção mais adequada é a implementação da **Solução 3**. Essa escolha se fundamenta na inviabilidade da aquisição por meio de atas de outros órgãos, dada a especificidade dos itens solicitados para cada tipo de unidade. Além disso, a garantia de que a demanda será totalmente atendida reforça a justificativa dessa decisão, pois aborda todas as necessidades dos setores. A implementação desse sistema proporciona um controle mais preciso das solicitações de fornecimento e demonstra eficiência no gerenciamento de estoque, oferecendo uma abordagem eficaz para a aquisição dos medicamentos e produtos farmacêuticos necessários.

7. Estimativa de valor

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03:03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
01	Acetato de Hidrocortisona 10mg/g. Creme.		1.100	
02	Ácido Ascórbico 100 mg/ ml, Solução Injetável (Vitamina C). EV.		5.500	
03	Ácido Tricloracético a 90%		150	
04	Ácido Tricloracético a 80%		150	
05	Ácido Tricloracético a 75%		165	
06	Ácido Tricloracético a 60%		150	
07	Ácido Tricloracético a 50%		150	
08	Água destilada		26.400	
09	Água Bidestilada		8.800	
10	Cloridrato de proximetacaína 5ml/ml. Medicamento oftálmico.		150	
11	Cloridrato de Tetracaína (10 mg/ml) e Cloridrato de Fenilefrina (1 mg/ml). Solução oftálmica estéril.		250	
12	Bromoprida 5mg/ml, solução injetável.		19.000	
13	Ceftriaxona 1g. Pó para solução injetável e ampola de 3,5 ml. IM/EV. IM/EV.		11.000	
14	Cetoprofeno 100mg. Pó para solução injetável EV.		6.600	
15	Cetoprofeno 50 mg/ml. Solução injetável IM.		5.500	

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03:03 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

16	Ciprofloxacino (cloridrato) 2mg/ml. Administração EV. Embalado individualmente.		3.300	
17	Clindamicina (fosfato) 150 mg/ml. Solução injetável.		2.200	
18	Cloreto de Potássio 10%. Solução injetável.		3.800	
19	Cloreto de sódio 20%. Solução injetável.		7.000	
20	Cloreto de sódio 10%. Solução injetável.		4.000	
21	Clorexidina Digluconato a 2%. Solução Alcóolica.		450	
22	Clorexidina a 0,5%. Solução tópica.		350	
23	Complexo B. Solução injetável.		11.000	
24	Dexametasona 4mg/ml. Solução injetável.		8.000	
25	Acetato Dexametasona creme 1 mg/g.		4.000	
26	Diazepam 5mg/ml. Solução injetável.		3.000	
27	Dipirona Sódica 500mg/ml. Solução injetável.		16.000	
28	Escopolamina (butilbrometo) 20mg/ml. Solução injetável.		11.000	
29	Escopolamina (butilbrometo) 4mg/ml + dipirona 500mg/ml. Solução injetável.		11.000	
30	Fenilefrina 10%. Solução oftálmica.		180	
31	Fluoresceína sódica 1%. Medicamento oftálmico.		150	
32	Furosemida 10mg/ml. Solução injetável.		8.000	
33	Gentamicina (sulfato) 80mg/ml. Solução injetável		3.500	

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO <https://c.ipm.com.br/p43e7faf762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

34	Gentamicina (sulfato) 40mg/ml. Solução injetável		2.500	
35	Glicose 25%. Solução injetável		6.000	
36	Glicose 50%. Solução injetável		6.000	
37	Haloperidol 5mg/ml. Solução injetável		3.500	
38	Hidrocortisona (succinato) 100mg. Pó para solução injetável. IM/EV.		6.500	
39	Hidrocortisona (succinato) 500mg. Pó para solução injetável IM/EV.		7.500	
40	Insulina regular (Insulina humana) 100ui/ml. SC.		200	
41	Ipratrópio (brometo) 0,25mg/ml .		2.000	
42	Levofloxacino 5mg/ml. Solução injetável		2.500	
43	Meropenem 1g – pó para solução injetável		1.500	
44	Lidocaína (cloridrato) geléia 2%. Produto não dever ser de origem manipulada.		7.000	
45	Cloridrato de lidocaína a 2%, sem epinefrina frasco com 20mg/ml		18.500	
46	Cloridrato de lidocaína com epinefrina 2%. Com epinefrina 1:200.000. Frasco com 20ml.		10.500	
47	Lidocaína (cloridrato) spray 10%.		20	
48	Metilprednisolona 500mg. Pó para solução injetável + ampola com diluente		250	
49	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml. Solução injetável		7.000	
50	Metronidazol 500mg/ml. Solução injetável		2.500	
51	Midazolam 5mg/ml. Solução injetável		1.500	
52	Midazolam 5mg/ml. Solução injetável		1.200	
53	Morfina (sulfato) 10mg/ml. Solução injetável		1.500	

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO <https://c.ipm.com.br/p43e7faf762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

54	Neomicina (sulfato) 5mg/g + bacitracina zíncica 250ui/g		1.500	
55	Neomicina (sulfato) 3,5mg/g		200	
56	Nitroglicerina 5mg/ml. Solução injetável		200	
57	Omeprazol sódico 40mg. Pó para solução injetável + ampola com diluente		2.500	
58	Ondansetrona (cloridrato) 2mg/ml. Solução injetável		5.500	
59	Ondansetrona (cloridrato) 4mg/ml. Solução injetável		5.500	
60	Ondansetrona (cloridrato) 8mg/ml. Solução injetável		5.500	
61	Papaína 10%. Creme.		3.500	
62	Papaína 2%. Creme.		2.500	
63	Papaína 4%. Creme.		2.500	
64	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml. Solução injetável IM		8.000	
65	Sulfatiazina de prata (1%) 10 mg/g. Creme		7.500	
66	Sulfato de Magnésio 10%. Solução injetável		700	
67	Sulfato de salbutamol 100mcg. Suspensão aerossol. Com 200 doses.		2.500	
68	Tartarato de brimonidina 2mg/ml (0,2%). Solução oftálmica estéril.		150	
69	Tintura de Benjoim		150	
70	Tramadol (cloridrato) 50mg/ml. Solução injetável		1.500	
71	Tobramicina 3mg/ml. Medicamento oftálmico.		250	
72	Tropicamida 10mg/ml. Medicamento oftálmico.		150	
73	Vaselina Líquida 100ml		350	
74	Vaselina Líquida 1000ml		600	
75	Ácido Acético 5% - embalagem 01 litro		550	

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO <https://c.ipm.com.br/p43e7fa7762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

76	Ácido Acético 2% - embalagem de 01 litro		550	
77	Ácido graxo essenciais (AGE). Age como curativo primário composto por óleos de origem vegetal, ricos em ácidos graxos essenciais que favorecem o processo de cicatrização, desbridamento e alívio da dor. indicado para hidratação da pele íntegra, evitando o aparecimento de feridas, úlceras de pressão (escaras).		3.000	
78	Água oxigenada 10 volumes – embalagem de 01 litro		650	
79	Carvão Ativado com Prata Recortável – Tamanho 10cm x 10cm. Composto de tecido de carvão ativado impregnado com prata, prensado entre duas camadas de Rayon/poliamida. O tecido de carvão ativado absorve os gases voláteis, responsáveis pelo mau cheiro e microrganismos produtores desta substância. A prata impregnada no tecido de carvão exerce efeito bactericida sobre os microrganismos auxiliando no controle de infecção da ferida. As camadas de Rayon/poliamida são não aderentes, semipermeáveis, isolantes térmicas e absorventes. a não aderência confere propriedades ao curativo de evitar a perda do tecido neoformado no momento da remoção ou troca do mesmo. A semipermeabilidade do tecido permite o fluxo do exsudato para o curativo secundário além de propiciar um microambiente com umidade ideal para cicatrização da ferida. a característica do isolante térmico assegura a manutenção no leito da lesão, da temperatura ótimo para estimular a epitelização da ferida. O tecido de Rayon/poliamida possui características absorventes sendo que o exsudato excedente tem trânsito livre para o curativo secundário devido a sua semipermeabilidade.		1.500	
80	Colagenase - pomada dermatológica 0,6u/g. Embalagens em bisnaga de alumínio mais espátula plástica.		5.000	
81	Colagenase com cloranfenicol - pomada dermatológica 0,6u/g + 0,01g/g. Embalagens em bisnaga de alumínio mais espátula plástica.		5.000	
82			1.200	

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.ipm.com.br/p43e7fa762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

	Fixador citológico spray - frasco de alumínio e sistema aerossol, composto por água purificada, álcool etílico (70%), polietileno glicol (10%) e propelente butano (20%).			
83	Solução de Formol a 10% - embalagem de 01 litro		150	
84	Gel para USG e ECG (5lt) - Transparente, de consistência firme, sem cheiro.		4.300	
85	Gel para para USG e ECG (300ml) – Transparente, de consistência firme, sem cheiro		5.500	
86	Glicerina bi- destilada – embalagem de 01 litro		180	
87	Hidrogel com alginato - hidrogel com alginato é um gel constituído por água purificada, propilenoglicol, carbômeto 940, trietilonamina, alginato de cálcio e sódio, conservantes e carboximetilcelulose. Conduz ao desbridamento autolítico, facilitando o debridamento mecânico. Curativo primário, absorvente, não estéril, transparente e viscoso.		5.000	
88	Pomada oftalmológica estéril - Composta de acetato de retinol 10.000 UI/g, Aminoácidos 25 mg/g, Metionina 5mg/g e Cloranfenicol 5 mg/g.		250	
89	Solução de lugol a 2% - Composição iodo, iodo de potássio em veículo aquoso. Identificação na embalagem contendo número de registro na ANVISA. Validade superior a 12 meses da data da entrega. Embalagem de 01 litro.		650	
90	Tartarato de brimonidina 0,1% - Solução oftálmica estéril.		350	
91	Diclofenaco dietilamônio 11,6mg/g – Uso tópico em gel		1.500	
92	Cloridrato de ciclopentolato 10mg/ml - Frasco conta-gotas. Solução oftálmica estéril.		1.500	
93	Curativo de alginato 10cm x10cm - Produto		5.000	

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO <https://c.ipm.com.br/p43e7faf762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

	estéril. Possui em sua composição alginato de cálcio natural com a prata. Para o cuidado de feridas superficiais ou profundas com altos níveis de exsudato que estão infectados ou em risco de infecção. Mata as bactérias no leito da ferida com os íons de prata liberados.			
94	Curativo redondo bege 25mm - Não estéril. Utilizados após coleta de sangue e/ou aplicação de injeções e teste de pezinho. Fácil Utilização. Fabricados em Polietileno siliconado, fita microporosa, não tecido sem látex e solvente tamanho do curativo 2,5cm x 2,5cm. Tecido da almofadinha em TNT. Tipo de cola: Hot melt. Cor bege. Não causa Irritação. Flexível nas dobras da pele.		1.300	
95	Suspensão oftalmológica Dexametasona 1mg/ml, sulfato de neomicina 5mg/ml, sulfato de polimixina B 6.000 UI/ml. Estéril.		1.100	
96	Iodopovidona PVPI - Degermante (embalagem de 01 litro) – 100mg/ml. Solução aquosa a 10%		1.300	
97	Bissulfito de sódio 3%. Solução QSP. Aquoso. Embalagem de 01 litro.		2.500	
98	Atropina sulfato 0,25mg/ml (injetável)		200	
99	Carvão vegetal ativado 250mg (comprimido)		150	
100	Atensina Clonidina 0,100 mg (comprimido)		150	
101	Dinitrato de isossorbida 5mg (comprimido sublingual)		150	
102	Adrenalina Epinefrina 1mg/ML. Injetável. Solução 1:1000.		200	
103	Fenitoína 50mg/ml (injetável)		200	
104	Terbutalina 0,5 mg/ml (injetável)		100	
105	Piperacilina Sódica + Tazobactam Sódico		600	





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

	2,25 g (2 g/0,25 g)			
106	Piperacilina Sódica + Tazobactam Sódico 0,50 g (4 g/0,5 g)		1.200	
107	Heparina Sódica 5.000UI/mg		5.500	
108	Cloridrato Metoclopramida 10mg		5.500	

O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

Justificativa:

O Agente de contratação irá trabalhar com os valores estimados: onde os mesmos já foram orçados conforme Instrução Normativa vigente e servirão de parâmetros no momento das negociações, dando base de cálculo para valor inexequível ou no valor excedente.

O orçamento será sigiloso devido a possível variação de preços significativa nas amostras colhidas nos orçamentos do setor solicitante, da variação de mercado e com isso dando maior segurança ao Agente de contratação para negociar com preço real com o Licitante.

Evitar o efeito âncora: O fato é que, a depender do mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração. Nessas situações, a consagração de princípios próprios da Administração Pública (interesse público, economicidade e eficiência, sobretudo) solicitamos que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa pelo contrato/ata de registro de preços.

Dessa forma, entende-se que a pertinência do orçamento sigiloso é uma forma de “forçar” os fornecedores a apresentar a sua melhor proposta sem estar vinculado aos orçamentos que foram realizados pelo setor solicitante.

A divulgação, conforme disposto no item anterior, é fundamentada no § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no art.24 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021;

Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:

I - O sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

No art.12 da Instrução Normativa nº de 30 de setembro de 2022.:

§ 1º Para fins do disposto no caput, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas, observado o § 1º do art. 30.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03:03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

OBS: Toda a pesquisa de mercado realizada pelo setor solicitante está disponível para os órgãos de controle interno e externo e se tornará pública para todos os interessados imediatamente após o encerramento do envio de lances.

8. Parâmetros utilizado para a estimativa do valor (art. 14 e 15, Decreto 7.953/2024):

A estimativa do valor para a contratação foi baseada em um levantamento abrangente e criterioso do mercado local, considerando parâmetros técnicos e econômicos. A pesquisa teve como objetivo garantir que os preços praticados estivessem alinhados com a realidade do mercado e que a contratação estivesse em conformidade com a legislação vigente.

Os principais parâmetros utilizados para a estimativa do valor foram:

- 1. Orçamentos de Múltiplos Fornecedores:** Foram coletados orçamentos junto a empresas especializadas, considerando sua capacidade técnica e disponibilidade de entrega do item necessário. A comparação entre diferentes propostas permitiu identificar uma média de preços justa e condizente com o mercado.
- 2. Compatibilidade com o Limite Legal para Dispensa:** A pesquisa de preços verificou se os valores estimados estavam dentro dos limites legais para a modalidade de dispensa por valor, conforme determina a legislação municipal, evitando a necessidade de abertura de licitação.
- 3. Histórico de Contratações Semelhantes:** A análise considerou dados de contratações anteriores para itens semelhantes, garantindo que a estimativa estivesse baseada em referências históricas e condizentes com as condições de mercado atualizadas.
- 4. Eficiência e Sustentabilidade Econômica:** O processo priorizou a melhor relação custo-benefício, assegurando que o valor estimado fosse economicamente viável e contribuísse para a otimização dos recursos públicos.

Esses parâmetros permitiram uma análise técnica precisa e uma fundamentação econômica sólida, assegurando a transparência e a eficiência do menor valor. Dessa forma, a contratação por dispensa de licitação se mostrou a alternativa mais adequada para garantir a continuidade dos serviços essenciais sem comprometer a qualidade, a legalidade ou a economicidade do processo.

9. Descrição da solução

Solução: Aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos por meio de processo licitatório utilizando o Sistema de Registro de Preços.

Vantagens:

- Assegura a pronta disponibilidade de medicamentos e produtos farmacêuticos essenciais, evitando possíveis faltas e garantindo atendimento de urgência eficaz;
- O uso do Pregão Eletrônico e do Sistema de Registro de Preços proporciona agilidade ao processo, economizando tempo e recursos ao evitar licitações individuais frequentes;
- Oferece flexibilidade ao permitir a aquisição conforme a demanda, sem a necessidade de processos licitatórios extensos em cada reposição de estoque.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p43e7faf762e68>
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Desvantagens:

- Dependendo do mercado, pode haver uma restrição na variedade de fornecedores, impactando a competitividade;
- A avaliação técnica dos medicamentos e produtos farmacêuticos pode ser desafiadora devido à velocidade do processo, exigindo critérios claros e eficientes;
- Requer um monitoramento constante para garantir que o Sistema de Registro de Preços e o Pregão Eletrônico continuem atendendo às necessidades dos setores desta secretaria.

Escolha da Solução:

A aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos por meio de processo licitatório utilizando o Sistema de Registro de Preços foi identificada como a opção mais viável, destacando-se pela capacidade de assegurar a disponibilidade imediata de medicamentos e produtos farmacêuticos essenciais, otimizando recursos e tempo. A flexibilidade dessa abordagem, combinada com uma resposta eficaz à variabilidade da demanda na Secretaria Municipal de Saúde, a torna estratégica para aprimorar a gestão destes produtos.

Embora reconheçamos as desvantagens associadas ao processo licitatório, como possíveis prazos prolongados e complexidade administrativa, os benefícios superam esses desafios, tornando a escolha mais adequada para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. **Esta decisão é respaldada pelo fato de que, de acordo com o levantamento de mercado realizado, não foram identificadas atas de registro de preço correspondentes aos descritivos dos itens para realizar adesão, nem pregões para registrar intenção de Registro de Preços junto a outro órgão.** A agilidade e eficiência proporcionadas pelo Pregão Eletrônico e pelo Sistema de Registro de Preços estão alinhadas diretamente aos objetivos de garantir tratamentos médicos bem-sucedidos e acesso oportuno aos cuidados de saúde necessários.

Essa solução abrange a aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos para atender à demanda dos setores da Secretaria Municipal de Saúde por meio do sistema de Registro de Preços, visando evitar a falta de medicamentos essenciais para atendimentos de urgência. Cada produto adquirido é específico para um tratamento médico determinado, conforme as orientações técnicas e normativas.

10. Justificativa para o parcelamento ou não da contratação

A opção pelo parcelamento da contratação se justifica em razão da validade dos produtos, aprimorando o gerenciamento de estoque e garantindo o atendimento diário da demanda dos pacientes, resultando em uma gestão eficiente dos recursos.

11. Resultados pretendidos

O estudo tem como principal objetivo garantir um atendimento ininterrupto e eficiente à população de Campo Belo e Região, considerando a sua demanda constante.

Os resultados pretendidos compreendem:





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 1. Garantia de suprimento contínuo:** Assegurar que os setores mantenham um estoque de medicamentos e produtos farmacêuticos para atender às necessidades da população tanto no curto quanto no longo prazo, identificando produtos essenciais, suas necessidades ideais e a frequência de reposição necessária.
- 2. Melhor preço e economia:** Identificar fornecedores que ofereçam os melhores preços para os medicamentos e produtos farmacêuticos necessários, buscando uma previsão econômica do abastecimento do almoxarifado, incluindo negociações para obter descontos ou parcerias estratégicas.
- 3. Eficiência no processo de compra e reposição:** Otimizar o processo de compra e reposição, avaliando a rapidez na entrega, qualidade dos produtos e eficiência operacional dos fornecedores.
- 4. Sustentabilidade financeira:** Garantir o uso eficaz do orçamento destinado à compra de medicamentos e produtos farmacêuticos, evitando desperdícios e assegurando a sustentabilidade financeira.
- 5. Satisfação do paciente:** A eficiência no abastecimento dos produtos resultará em um atendimento de qualidade para os pacientes, proporcionando acesso oportuno e constante aos produtos necessários.
- 6. Atendimento de emergências e demandas inesperadas:** Planejar os setores de maneira a garantir o controle eficaz dos produtos fundamentais na rede de atendimento, permitindo resposta rápida a emergências e demandas inesperadas.
- 7. Redução de desabastecimento:** Obter uma redução significativa do desabastecimento dos itens, assegurando que os pacientes não sejam prejudicados em suas necessidades de saúde.
- 8. Contribuição para a saúde pública:** Contribuir para a melhoria da saúde pública em Campo Belo, assegurando que os setores desempenhem um papel fundamental na disponibilidade de produtos no estoque.

Estes resultados refletem a importância de uma abordagem cuidadosa e estratégica na compra de medicamentos e produtos farmacêuticos, considerando tanto a eficiência econômica quanto a responsabilidade social em atender às necessidades da população.

12. Providências da Administração

Para assegurar a correta execução do contrato, a administração tomará as seguintes providências:

A fiscalização será conduzida pelos funcionários **Heide Cândido Vilela** - Coordenadora do Programa Melhor em Casa e E-MULTI, **Camila Moreira Gonzalez Saturnino Nunes** - Auxiliar Administrativa da Atenção Secundária/CEAE, **Luciana Bastos de Assis** – Coordenadora da Atenção Primária, **Ana Paula Aparecida Almeida** – Coordenadora de Saúde Mental.

Camila Moreira Gonzalez Saturnino Nunes atuará como **fiscal administrativo**, sendo responsável por garantir que a contratada mantenha suas condições de habilitação e acompanhar o empenho, pagamento, garantias, apostilamentos e termos aditivos. Ela também tomará medidas para resolver quaisquer descumprimentos contratuais e reportará ao gestor do contrato quando necessário.

Os **fiscais técnicos** serão **Luciana Bastos de Assis** e **Ana Paula Aparecida Almeida**. Eles serão encarregados de acompanhar a execução técnica do contrato, assegurando que todas as condições estabelecidas sejam cumpridas e que os melhores resultados sejam alcançados. Esses fiscais registrarão todas as ocorrências,





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

comunicarão qualquer irregularidade ao gestor do contrato e informarão imediatamente sobre problemas que possam comprometer o cumprimento dos prazos estabelecidos.

O **gestor do contrato, Heide Cândido Vilela**, coordenará a atualização dos registros formais relacionados ao contrato, garantindo que todos os documentos e etapas sejam devidamente cumpridos. Ele revisará os relatórios dos fiscais administrativos e técnicos, assegurará a manutenção das condições de habilitação da contratada e emitirá documentos de avaliação. O gestor também tomará as providências necessárias para a formalização de processos administrativos e garantirá a execução eficiente do contrato, contribuindo para a boa gestão e o cumprimento das obrigações contratuais.

13. Contratações correlatas

Após pesquisa de contratações anteriores no município, verificou-se a existência de contratações relacionadas à demanda em análise.

14. Impactos ambientais

O Estudo Técnico Preliminar para a aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos não apenas visa atender às demandas da população, mas também está comprometido em avaliar e mitigar possíveis impactos ambientais associados à execução do contrato.

Ao analisar a execução do contrato, identificamos medidas proativas para assegurar a responsabilidade ambiental. Avaliamos potenciais consequências adversas, como poluição e degradação do ecossistema, e adotamos estratégias preventivas para minimizar esses impactos. Comprometidos com práticas sustentáveis, garantimos a acessibilidade à validade mínima dos produtos, promovemos o gerenciamento responsável de resíduos e buscamos eficiência energética. Essas ações não apenas beneficiam a comunidade, mas também contribuem para a preservação ambiental.

Além disso, priorizamos produtos e serviços com baixo consumo de energia, água e outros recursos naturais sempre que possível. Planejamos a implementação de logística reversa para garantir a adequada reciclagem e descarte de resíduos, promovendo a sustentabilidade em todas as fases do processo. Garantimos ainda que a contratação cumprirá rigorosamente todas as leis e regulamentações ambientais aplicáveis, fortalecendo nosso compromisso com uma aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos responsável e sustentável. Dessa forma, nosso esforço vai além do atendimento à comunidade, estendendo-se à preservação ambiental e à promoção de uma gestão sustentável na aquisição destes produtos.

Os impactos ambientais da aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos incluem a geração de resíduos químicos e biológicos, o potencial para a poluição do solo e da água, e o consumo de recursos naturais durante a produção e transporte desses itens. O descarte inadequado de medicamentos vencidos ou não utilizados pode levar à contaminação ambiental, enquanto a fabricação e a logística envolvem emissões de gases de efeito estufa e consumo significativo de energia.

Para mitigar esses impactos, adotaremos medidas específicas, como a implementação de um sistema de coleta e descarte adequado de medicamentos e embalagens, conforme regulamentações da ANVISA. A logística reversa será promovida, garantindo que as embalagens sejam recicladas ou descartadas de maneira ambientalmente correta. Além disso, priorizaremos a aquisição de produtos que utilizem embalagens biodegradáveis e que sejam produzidos com menor consumo de energia e água.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Essas iniciativas visam reduzir os impactos ambientais associados à aquisição e uso de medicamentos, reforçando nosso compromisso com a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que garantimos a segurança e a saúde da população.

15. Parecer Conclusivo

O processo de licitação por meio da modalidade Pregão Eletrônico no sistema de Registro de Preços, conforme analisado, demonstra ser uma abordagem eficiente para atender às necessidades do município, assegurando que a administração pública adquira medicamentos e produtos farmacêuticos essenciais a custos mais acessíveis. Este método busca não apenas a otimização dos recursos, mas também visa beneficiar diretamente o atendimento aos pacientes. O objetivo deste parecer conclusivo é avaliar a viabilidade e os benefícios da aquisição desses produtos, considerando a eficiência e a eficácia do processo licitatório adotado.

A necessidade de adquirir medicamentos e produtos farmacêuticos é essencial para assegurar o funcionamento eficiente dos serviços de saúde prestados pela Secretaria Municipal de Saúde. A disponibilidade contínua desses insumos é vital para o tratamento adequado dos pacientes e para a manutenção da qualidade dos serviços oferecidos. Garantir o abastecimento regular desses produtos é essencial para evitar interrupções no atendimento e assegurar que as necessidades de saúde da população sejam prontamente atendidas.

Com base nas informações apresentadas e considerando a escolha da modalidade Pregão Eletrônico no sistema de Registro de Preços, concluímos que o processo de licitação está em plena consonância com os princípios fundamentais de eficiência e economicidade na administração pública. A adoção deste método reflete não só a busca por custos mais baixos, mas também assegura a regularidade no abastecimento de medicamentos e produtos farmacêuticos, garantindo, assim, a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

Recomendamos, portanto, a continuidade do processo de licitação, destacando que essa abordagem é economicamente vantajosa e contribui para a oferta regular e eficaz dos insumos necessários ao atendimento de saúde prestado aos pacientes.

Campo Belo, 16 de janeiro de 2025.



Assinado por JADHER SILVA
RIOS ***.456.906-** em
21/01/2025 08:41:08

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Jadher Silva Rios - Matrícula: 89795
Membro da equipe de planejamento



Assinado por RENATA SENA
BANHATO ***.559.106-** em
21/01/2025 08:19:26

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Renata Sena Banhato – Matrícula: 83494
Membro da equipe de planejamento

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03:03-03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c-ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***)573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS



Assinado por HEIDE CANDIDO
VILELA ***.573.786-** em
21/01/2025 10:59:38

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Heide Candido Vilela - Matrícula: 89788
Gestor



Assinado por CAMILA
MOREIRA GONZALEZ
SATURNINO NUNES
***.256.066-** em 21/01/2025
09:34:12

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Camila Moreira Gonzalez Saturnino Nunes – Matrícula: 50420
Fiscal



Assinado por LUCIANA
BASTOS DE ASSIS
***.924.596-** em 21/01/2025
09:33:18

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Luciana Bastos de Assis – Matrícula: 89367
Fiscal

Ana Paula Aparecida Almeida – Matrícula: 89468
Fiscal

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.



Assinado por JULIANO
FURTADO FREIRE Secretário
***.910.626-** em 21/01/2025
09:11:58

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Juliano Furtado Freire – Matrícula: 50356
Secretário Municipal de Saúde

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

O **MUNICÍPIO DE CAMPO BELO/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.659.334/0001-37, com sede à Rua Expedicionário Boavidir Massote, nº. 520, bairro Vila Escolástica, nesta cidade, representada pelo Sr. Secretário Municipal de Saúde, Juliano Furtado Freire, consoante poderes conferidos no Decreto Municipal nº 3.717, de 14 de março de 2017, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por, (Nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 03/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 03/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos para atender as demandas de todos os setores da Secretaria Municipal de Saúde.**

- 1.1 Nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1 Termo de Referência;
 - 1.2.2 O Edital da Licitação;
 - 1.2.3 A Proposta do contratado;
 - 1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 2.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$ (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato.

7.2 Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na variação do índice IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, mediante solicitação da Contratado, sob pena de preclusão do direito.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

7.5 Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

7.6 Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

8.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7 Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9 A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, conforme o caso, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

9.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.20 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões constantes no Estudo Técnico Preliminar.

11

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) Der causa à inexecução total do contrato;
 - d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
- 1. Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- i. *O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
- 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
 - 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
 - 4. Para as demais infrações descritas na alínea “a”, “b” e “d” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
- 11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 11.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 11.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 11.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5 Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3 Indenizações e multas.

12.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

13

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Cliente	Ano	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Víncul	Reserva	Situação	Dotação
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO BELO-MG	202	2	13	2181	333903009000000000	15000	1,00	Ativo	914
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO BELO-MG	202	2	13	2181	333903035000000000	15000	1,00	Ativo	914
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO BELO-MG	202	2	13	2181	333903009000000000	16000	1,00	Ativo	915
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO BELO-MG	202	2	13	2181	333903035000000000	16000	1,00	Ativo	915
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO BELO-MG	202	2	13	2181	333903009000000000	16210	1,00	Ativo	916
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO BELO-MG	202	2	13	2181	333903035000000000	16210	1,00	Ativo	916
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO BELO-MG	202	2	13	2203	333903009000000000	15000	1,00	Ativo	930
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO BELO-MG	202	2	13	2203	333903035000000000	15000	1,00	Ativo	930
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO BELO-MG	202	2	13	2203	333903009000000000	16210	1,00	Ativo	931
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO BELO-MG	202	2	13	2203	333903035000000000	16210	1,00	Ativo	931
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO BELO-MG	202	2	13	2266	333903009000000000	16210	1,00	Ativo	942
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO BELO-MG	202	2	13	2266	333903035000000000	16210	1,00	Ativo	942
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO BELO-MG	202	2	13	2194	333903009000000000	15000	1,00	Ativo	1014
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO BELO-MG	202	2	13	2194	333903035000000000	15000	1,00	Ativo	1014
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO BELO-MG	202	2	13	2194	333903009000000000	16000	1,00	Ativo	1015
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO BELO-MG	202	2	13	2194	333903035000000000	16000	1,00	Ativo	1015
Total de Registros:									16

13.1.1 Gestão/Unidade:

13.1.2 Fonte de Recursos:

13.1.3 Programa de Trabalho:

13.1.4 Elemento de Despesa:

13.1.5 Plano Interno:

13.1.6 Nota de Empenho:

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

15

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

17

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Belo – MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Campo Belo, ____ de _____ de 2024.

MUNICÍPIO DE CAMPO BELO/MG
CONTRATANTE
Pelo Secretário Municipal de Saúde

NOME / RAZÃO SOCIAL
CONTRATADA
Pelo Responsável Legal

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Matrícula: _____

Nome: _____

Matrícula: _____





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO IV- MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025 PROCESSO Nº .../2025

O **MUNICÍPIO DE CAMPO BELO/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.659.334/0001-37, com sede à Rua Expedicionário Boavidir Massote, nº. 520, bairro Vila Escolástica, nesta cidade, representada pelo Sr. Secretário Municipal de Saúde, Juliano Furtado Freire, consoante poderes conferidos no Decreto Municipal nº 3.717, de 14 de março de 2017, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado **FORNECEDOR BENEFICIÁRIO**, neste ato representado(a) por (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 03/2025** e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal nº 6.719, de 21 de dezembro de 2022, e demais legislação aplicável, **RESOLVEM** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital do **Pregão nº 03/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos para atender as demandas de todos os setores da Secretaria Municipal de Saúde.**

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

3.2 Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 4.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 4.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 4.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 4.2. Deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 4.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 4.4.1 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 4.4.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 4.4.1.2. Mantiverem sua proposta original.
- 4.4.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.5 O registro a que se refere o item 4.4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.1.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 4.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 4.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
- 4.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.9 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.10 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

4.11 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.1.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.11.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.11.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3 Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.3 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.4 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.5 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.6 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.3, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

8. DAS PENALIDADES

8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Campo Belo, ____ de _____ de 2025.

MUNICÍPIO DE CAMPO BELO/MG

Órgão Gerenciador
Pelo Secretário Municipal de Saúde

NOME / RAZÃO SOCIAL

Fornecedor Beneficiário
Pelo Responsável Legal

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Matrícula: _____

Nome: _____

Matrícula: _____

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p43e7fa1762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***.573.786-**) EM 21/01/2025 08:02





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Anexo

CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/01/2025 08:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.ipm.com.br/p43e7faf762e68>.
POR HEIDE CANDIDO VILELA - (***) 573.786-**) EM 21/01/2025 08:02

